

Concluindo, gostaria de destacar que, a submissão da população livre/pobre, a relações de trabalho regular e disciplinado, estava embricados os aspectos coercitivos com os de vencimento. No entanto, nos parece importante destacar que os mecanismos que passaram a regulamentar o acesso à terra, principalmente, na segunda metade do século XIX são fundamentais para compreender o processo de estruturação das relações de trabalho “livre” na Província.

PROJETANDO A HEGEMONIA BURGUESA: ORGANIZAÇÃO E EXPRESSÃO POLÍTICA DOS INDUSTRIAIS CEARENSES (*)

Josênio C. Parente

A ascensão de um grupo político empresarial cearense ao poder, em 1986, com um projeto burguês, não é um fenômeno local ou regional. Há uma articulação em processo em todo o Brasil. René Dreifuss já antecipava essa revelação e nominava os mais destacados: “O exemplo mais badalado tem sido o do quixotesco industrial Antônio Ermírio de Moraes, apoiado por seu fiel escudeiro, o empresário e ex-ministro Roberto Gusmão. Mas podemos lembrar de outros empresários de renome e/ou habilidade política, como Sérgio Quintela, Paulo Vellinho, Climério Velloso, Olavo Setúbal, Amaury Temporal, Ronaldo César Coelho, Camilo Cola, *Tasso Jereissati*, Albano Franco, etc.”¹

Empresário na política é a regra no Estado burguês. Ele, ou seus representantes, sempre estiveram nos parlamentos, legislando e dando suporte à estabilidade das relações capitalistas de produção. O novo está no projeto arrojado de uma fração da burguesia, no caso, um grupo de jovens industriais, desbancando a burguesia ligada aos setores mais tradicionais e implantando um projeto alternativo. O tradicional, como veremos melhor adiante, está aliado a empreguismo, paternalismo e, so-

* Trabalho apresentado no IV Encontro de Pesquisadores Sociais do Nordeste, na UFBA, Salvador, dezembro de 1989.

1. DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do Empresariado Transnacional — 1918-1986, Espaço e Tempo*. Rio, 1986, p. 17. Tasso Jereissati, grifado por nós, foi quem assumiu o governo do Estado no mesmo ano da edição do trabalho de Dreifuss, citado acima.

bretudo, "clientelismo", ligado à dependência do homem rural ao "coronel". Esse trabalho pretende desvendar a organização política dessa fração da burguesia local para chegar ao poder e como ela expressa sua visão de mundo, seu projeto para o conjunto da sociedade. Em outras palavras, como, num *crescendum*, vai tomando corpo um novo processo de hegemonia.

O que apresentaremos a seguir constitui-se numa primeira aproximação com parte dos dados coletados. É, pois, parte de um projeto mais amplo, coletivo, intitulado: "Voto Rural e Movimento Social no Ceará: sinais de ruptura nas formas tradicionais de poder?".² E utilizaremos uma metodologia histórica, dando ênfase a discursos, entrevistas e dados, todos de jornais da época. Estamos convencidos de que trazemos evidências suficientes para estimular análises. Wanderley Guilherme dos Santos já alertara que o cotidiano histórico não está na sua totalidade nos jornais e que "esse conhecimento trivial do leitor comum de hoje é esquecido pelo cientista político quando ele faz história e freqüentemente exhibe noticiário de jornais ou manifestos e declarações como prova concludente da verdade histórica dos fatos".³ Suas evidências são relativas. Mas, como diz Dreifuss, é "só aprender a ler o jornal, cruzar as informações e desenrolar o novelo".⁴ E é como revelamos a organização e a expressão política dos industriais cearenses que foram bem-sucedidos na conquista do poder político do Estado nas eleições de 1986.

1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA BURGUESIA

Esgotada a fase autoritária iniciada em 1964, a sociedade brasileira entra num longo período de transição gradual e bastante lenta, característica do nosso "realinhamento político conservador". Os doze anos iniciais de arbítrio foram responsáveis por um processo de acumulação capitalista de forma acelerada, sendo financiada pelo Estado, via incentivos fiscais, e pelos trabalhadores, via arrocho salarial.⁵ Chega-se a um momen-

2. Coordenado por Rejane Vasconcelos Carvalho, participam também os professores Cira Petrola, Paulo de Melo Jorge e Adelaide Gonçalves. Apesar dos debates realizados pela equipe, o autor se responsabiliza pelas afirmações e equívocos encontrados.
3. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Ciência Política na América Latina (Notas preliminares de autocrítica), In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Campos, Rio, 1980, vol. 23, n.º 1, p. 20.
4. DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*, Vozes, Petrópolis, 1989, p. 7.
5. Vide, SANTIAGO, Zeno, "A arrancada econômica do Brasil: custos sociais e instrumentalidade". In: *Dados*, IUPERJ, Rio, 1972.

to de saturação desse modelo e a sociedade civil brasileira passa a se organizar para a reconquista da cidadania nos moldes clássicos do modelo liberal-democrático burguês. É quando se inicia a chamada "transição democrática",⁶ inicialmente ainda tutelada pelos militares, dando oportunidade para a recomposição das elites conservadoras para o novo embate.

Consideramos como marco de eclosão de forma irreversível da "transição democrática" a pressão de setores mais significativos da sociedade civil contra o arbítrio acontecida no ano de 1978. É quando eclodem com vigor os movimentos grevistas a partir do ABC paulista, desmoralizando as leis de greve vigentes e, conseqüentemente, o próprio regime em vigor. Lula, o líder sindical desse movimento paredista, se constituiu num personagem permanente durante essas duas décadas de transição, tornando-se o candidato a presidente da República brasileira em 1989, pela Frente Brasil-Popular, a primeira eleição para presidente após o golpe de 1964. E com chances de vitória.⁷

Pelo lado empresarial, ainda em 1978, os oito mais representativos empresários do país eleitos pelo Fórum Gazeta Mercantil lançaram o "documento dos oito" exigindo a implantação do modelo liberal-democrático, dando ênfase também para a redução do Estado na economia nos modelos de neoliberalismo inglês.⁸ Nesse momento vale uma pequena digressão sobre empresariado e política nos acontecimentos recentes da história brasileira para entender a organização política da burguesia

6. "Durou dez longos anos e passou por vários estágios: descompressão (1975-1977), distensão (1978-1979), abertura (1980-1984) e presidência civil tutelada (1985 em diante). Foi, realmente, o que Galeno de Freitas batizara de "Transição transada". DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*, citada, p. 43.
7. Escrito antes das eleições presidenciais de 1989, Lula ficou para o segundo turno concorrendo com Collor de Melo com chances reais de vitória. Os candidatos de centro mais tradicionais não tiveram chances. como Ulisses Guimarães, Aureliano Chaves e mesmo Mário Covas.
8. Assinaram Cláudio Bardella, Severo Gomes, José Mindlin, Antônio Ermirio de Moraes, Paulo Vilhares, Paulo Vellinho, Laerte Setúbal e Jorge Gerdau e foi publicado na *Folha de S. Paulo*, 27.6.1978, "Caderno Economia", p. 20. Marilena Chauí faz uma análise do manifesto e diz que ele "deixa claro que o Estado comparece como parte na política econômica, e como todo na política social-da-primeira, os empresários participam diretamente; da segunda, todo o povo participa indiretamente através de seus representantes eleitos por sufrágio universal", in SADER, Emir, org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*, Brasiliense, São Paulo, 1986, p. 48-49.

bretudo, "clientelismo", ligado à dependência do homem rural ao "coronel". Esse trabalho pretende desvendar a organização política dessa fração da burguesia local para chegar ao poder e como ela expressa sua visão de mundo, seu projeto para o conjunto da sociedade. Em outras palavras, como, num *crescendum*, vai tomando corpo um novo processo de hegemonia.

O que apresentaremos a seguir constitui-se numa primeira aproximação com parte dos dados coletados. É, pois, parte de um projeto mais amplo, coletivo, intitulado: "Voto Rural e Movimento Social no Ceará: sinais de ruptura nas formas tradicionais de poder?".² E utilizaremos uma metodologia histórica, dando ênfase a discursos, entrevistas e dados, todos de jornais da época. Estamos convencidos de que trazemos evidências suficientes para estimular análises. Wanderley Guilherme dos Santos já alertara que o cotidiano histórico não está na sua totalidade nos jornais e que "esse conhecimento trivial do leitor comum de hoje é esquecido pelo cientista político quando ele faz história e freqüentemente exhibe noticiário de jornais ou manifestos e declarações como prova concludente da verdade histórica dos fatos".³ Suas evidências são relativas. Mas, como diz Dreifuss, é "só aprender a ler o jornal, cruzar as informações e desenrolar o novelo".⁴ E é como revelamos a organização e a expressão política dos industriais cearenses que foram bem-sucedidos na conquista do poder político do Estado nas eleições de 1986.

1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA BURGUESIA

Esgotada a fase autoritária iniciada em 1964, a sociedade brasileira entra num longo período de transição gradual e bastante lenta, característica do nosso "realinhamento político conservador". Os doze anos iniciais de arbítrio foram responsáveis por um processo de acumulação capitalista de forma acelerada, sendo financiada pelo Estado, via incentivos fiscais, e pelos trabalhadores, via arrocho salarial.⁵ Chega-se a um momen-

2. Coordenado por Rejane Vasconcelos Carvalho, participam também os professores Cira Petrola, Paulo de Melo Jorge e Adelaide Gonçalves. Apesar dos debates realizados pela equipe, o autor se responsabiliza pelas afirmações e equívocos encontrados.
3. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Ciência Política na América Latina (Notas preliminares de autocrítica), In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Campos, Rio, 1980, vol. 23, n.º 1, p. 20.
4. DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*, Vozes, Petrópolis, 1989, p. 7.
5. Vide, SANTIAGO, Zeno, "A arrancada econômica do Brasil: custos sociais e instrumentalidade". In: *Dados*, IUPERJ, Rio, 1972.

to de saturação desse modelo e a sociedade civil brasileira passa a se organizar para a reconquista da cidadania nos moldes clássicos do modelo liberal-democrático burguês. É quando se inicia a chamada "transição democrática",⁶ inicialmente ainda tutelada pelos militares, dando oportunidade para a recomposição das elites conservadoras para o novo embate.

Consideramos como marco de eclosão de forma irreversível da "transição democrática" a pressão de setores mais significativos da sociedade civil contra o arbítrio acontecida no ano de 1978. É quando eclodem com vigor os movimentos grevistas a partir do ABC paulista, desmoralizando as leis de greve vigentes e, conseqüentemente, o próprio regime em vigor. Lula, o líder sindical desse movimento paredista, se constituiu num personagem permanente durante essas duas décadas de transição, tornando-se o candidato a presidente da República brasileira em 1989, pela Frente Brasil-Popular, a primeira eleição para presidente após o golpe de 1964. E com chances de vitória.⁷

Pelo lado empresarial, ainda em 1978, os oito mais representativos empresários do país eleitos pelo Fórum Gazeta Mercantil lançaram o "documento dos oito" exigindo a implantação do modelo liberal-democrático, dando ênfase também para a redução do Estado na economia nos modelos de neoliberalismo inglês.⁸ Nesse momento vale uma pequena digressão sobre empresariado e política nos acontecimentos recentes da história brasileira para entender a organização política da burguesia

6. "Durou dez longos anos e passou por vários estágios: descompressão (1975-1977), distensão (1978-1979), abertura (1980-1984) e presidência civil tutelada (1985 em diante). Foi, realmente, o que Galeno de Freitas batizara de "Transição transada". DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*, citada, p. 43.
7. Escrito antes das eleições presidenciais de 1989, Lula ficou para o segundo turno concorrendo com Collor de Melo com chances reais de vitória. Os candidatos de centro mais tradicionais não tiveram chances. como Ulisses Guimarães, Aureliano Chaves e mesmo Mário Covas.
8. Assinaram Cláudio Bardella, Severo Gomes, José Mindlin, Antônio Ermirio de Moraes, Paulo Vilhars, Paulo Vellinho, Laerte Setúbal e Jorge Gerdau e foi publicado na *Folha de S. Paulo*, 27.6.1978, "Caderno Economia", p. 20. Marilena Chauí faz uma análise do manifesto e diz que ele "deixa claro que o Estado comparece como parte na política econômica, e como todo na política social-da-primeira, os empresários participam diretamente; da segunda, todo o povo participa indiretamente através de seus representantes eleitos por sufrágio universal", in SADER, Emir, org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*, Brasiliense, São Paulo, 1986, p. 48-49.

brasileira nesse novo rearranjo no processo de representação política.

A despolitização do empresariado brasileiro pós-64 deveu-se a uma ação consentida e não alienada. A repressão era o instrumento para castrar a organização política das classes populares e dos grupos esquerdistas após o golpe militar articulado pela burguesia. A ameaça de reforma de base de um governo de coalizão nacional-populista unira a direita. Os interesses pragmáticos da burguesia, contudo, não são homogêneos. Como formar, então, os quadros da elite governamental? É quando surge a figura do *tertius*, que Carlos Estevão Martins situa com muita propriedade:

“O homem de governo, para contar com a confiança de todos, tinha que ser, em princípio, o homem de ninguém: a vontade geral burguesa só preservaria intacta a sua pureza abstrata caso fosse encarada por um *tertius*. Um *tertius* que, além de ser estranho ao povo, fosse também estranho à classe. Essa dupla condição foi perfeitamente atendida pelas correntes militares e tecnoburocráticas que se converteram em elite governamental contra-revolucionária”.⁹

Esse período inicial começa a esgotar-se, como dissemos acima, com a derrota do partido de sustentação do governo, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) para o único partido de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no ano de 1974. O mundo acompanhava, desde o ano anterior, à crise do petróleo liderada pelos Árabes e com reflexo no chamado “milagre” brasileiro, o já aludido processo de acumulação capitalista. Inicia-se uma mobilização do empresariado brasileiro em torno do tema estatização. A burguesia se apercebera que havia “brincado com fogo”¹⁰ com o *tertius* e agora precisava se organizar, pois “a burguesia estatal, instalada no interior da elite governamental, desfrutava de um acesso privilegiado aos centros de poder e decisão, encontrando poucas e decrescen-

9. MARTINS, Carlos Estevan, *Capitalismo e Estado e Modelo Político no Brasil*, Graal, R.J., 1977, p. 216. Ainda: “O lema da união contra-revolucionária de todos impunha, como corolário para cada um, a proibição de juntar-se, para baixo, com qualquer adversário dos de cima”. *Ibidem*, p. 211.

10. “Na primeira etapa, a burguesia identificava serviço público com serviço ao capital; na segunda, decidiu ir além, identificando serviço ao capital com serviço ao capital estatal. Visivelmente, a burguesia passara a brincar com fogo”. *Ibidem*, p. 295.

tes dificuldades para fazer com que seus interesses prevaleçam em caráter prioritário”.¹¹ E esse processo de organização, embora ainda débil, eclode até o referido *Manifesto dos Oito*, em 1978.

A “abertura política” propriamente dita, desta maneira, inicia-se de forma irreversível nesse esgotamento das bases de sustentação e o modelo liberal-burguês passou a ser projetado. Setores empresariais mais conservadores e receosos do imprevisível que essa aventura pudesse alcançar, ainda permaneceram adversos. Mas a sociedade civil, e nesta sobretudo os setores populares, já mostravam sinais de articulação e aversão ao arbítrio. Começam também a aflorar conflitos entre setores da burguesia. “Neste contexto, a grita dos industriais contra o lucro exorbitante dos banqueiros não surpreende”.¹² Há necessidade da burguesia organizar-se para os novos tempos que se vislumbra no horizonte.

A burguesia brasileira, portanto, passara mais de uma década utilizando-se do processo de representação e articulação política não próprios ao modelo clássico de dominação burguesa: a economia de mercado — liberalismo econômico — com uma ordem política liberal-democrática. Não se constitui em novidade na história do capitalismo, em circunstâncias específicas,¹³ a utilização do arbítrio. A Alemanha, o Japão, a Itália,

11. *Ibidem*, p. 301. Mais contundente, esse analista político ressalta o que atemoriza o setor mais esclarecido da burguesia: “somente enquanto dona do poder político é que a burguesia estatal se torna dona de si mesma e passa a existir verdadeiramente como fração autônoma de uma classe social. Até lá, ela é apenas uma categoria social em formação, a quem cabe lutar pela existência como quem luta pelo poder e lutar pelo poder como quem luta pela existência. *Idem*, p. 299.

12. CRUZ, Sebastião C. Velasco e, “Empresários, Economistas e perspectivas da democratização no Brasil”, in REIS, Fábio Wanderley & O’DONNELL, Guilherme (orgs). *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. Vértice, Rio, 1988. (Grande Brasil, Veredas, 8), p. 260. Diz ainda: “desde então, torna-se corriqueira a presença de líderes empresariais em palestras e mesas redondas (...) e sustentam posições que avançam em relação ao discurso governamental”. *Idem*, p. 259.

13. Observe certas semelhanças das duas análises: a) Caso brasileiro; b) Caso alemão. a) “Com efeito, o pacto político de 64 foi o resultado das ações e comissões dos diferentes setores em que se dividia a burguesia nacional. Decorreu dos problemas que definem os limites do seu caso ‘histórico’. Basicamente, a burguesia local viu-se forçada a lutar em duas frentes: externamente, confrontava-a o desafio imperialista, enquanto que, internamente, ameaçava-a o desafio popular. MARTINS, Carlos Estevan, *op. cit.*, p. 205-206. b) “As raízes do fascismo originam-se nos antagonismos entre a crescente monopolização industrial e o sistema democrático. Na Europa, depois da Primeira Grande Guerra, a engrenagem industrial,

brasileira nesse novo rearranjo no processo de representação política.

A despolitização do empresariado brasileiro pós-64 deveu-se a uma ação consentida e não alienada. A repressão era o instrumento para castrar a organização política das classes populares e dos grupos esquerdistas após o golpe militar articulado pela burguesia. A ameaça de reforma de base de um governo de coalizão nacional-populista unira a direita. Os interesses pragmáticos da burguesia, contudo, não são homogêneos. Como formar, então, os quadros da elite governamental? É quando surge a figura do *tertius*, que Carlos Estevão Martins situa com muita propriedade:

“O homem de governo, para contar com a confiança de todos, tinha que ser, em princípio, o homem de ninguém: a vontade geral burguesa só preservaria intacta a sua pureza abstrata caso fosse encarada por um *tertius*. Um *tertius* que, além de ser estranho ao povo, fosse também estranho à classe. Essa dupla condição foi perfeitamente atendida pelas correntes militares e tecnoburocráticas que se converteram em elite governamental contra-revolucionária”.⁹

Esse período inicial começa a esgotar-se, como dissemos acima, com a derrota do partido de sustentação do governo, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) para o único partido de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no ano de 1974. O mundo acompanhava, desde o ano anterior, à crise do petróleo liderada pelos Árabes e com reflexo no chamado “milagre” brasileiro, o já aludido processo de acumulação capitalista. Inicia-se uma mobilização do empresariado brasileiro em torno do tema estatização. A burguesia se apercebera que havia “brincado com fogo”¹⁰ com o *tertius* e agora precisava se organizar, pois “a burguesia estatal, instalada no interior da elite governamental, desfrutava de um acesso privilegiado aos centros de poder e decisão, encontrando poucas e decrescen-

9. MARTINS, Carlos Estevan, *Capitalismo e Estado e Modelo Político no Brasil*, Graal, R.J., 1977, p. 216. Ainda: “O lema da união contra-revolucionária de todos impunha, como corolário para cada um, a proibição de juntar-se, para baixo, com qualquer adversário dos de cima”. *Ibidem*, p. 211.

10. “Na primeira etapa, a burguesia identificava serviço público com serviço ao capital; na segunda, decidiu ir além, identificando serviço ao capital com serviço ao capital estatal. Visivelmente, a burguesia passara a brincar com fogo”. *Ibidem*, p. 295.

tes dificuldades para fazer com que seus interesses prevaleçam em caráter prioritário”.¹¹ E esse processo de organização, embora ainda débil, eclode até o referido *Manifesto dos Oito*, em 1978.

A “abertura política” propriamente dita, desta maneira, inicia-se de forma irreversível nesse esgotamento das bases de sustentação e o modelo liberal-burguês passou a ser projetado. Setores empresariais mais conservadores e receosos do imprevisível que essa aventura pudesse alcançar, ainda permaneceram adversos. Mas a sociedade civil, e nesta sobretudo os setores populares, já mostravam sinais de articulação e aversão ao arbítrio. Começam também a aflorar conflitos entre setores da burguesia. “Neste contexto, a grita dos industriais contra o lucro exorbitante dos banqueiros não surpreende”.¹² Há necessidade da burguesia organizar-se para os novos tempos que se vislumbra no horizonte.

A burguesia brasileira, portanto, passara mais de uma década utilizando-se do processo de representação e articulação política não próprios ao modelo clássico de dominação burguesa: a economia de mercado — liberalismo econômico — com uma ordem política liberal-democrática. Não se constitui em novidade na história do capitalismo, em circunstâncias específicas,¹³ a utilização do arbítrio. A Alemanha, o Japão, a Itália,

11. *Ibidem*, p. 301. Mais contundente, esse analista político ressalta o que atemoriza o setor mais esclarecido da burguesia: “somente enquanto dona do poder político é que a burguesia estatal se torna dona de si mesma e passa a existir verdadeiramente como fração autônoma de uma classe social. Até lá, ela é apenas uma categoria social em formação, a quem cabe lutar pela existência como quem luta pelo poder e lutar pelo poder como quem luta pela existência. *Idem*, p. 299.

12. CRUZ, Sebastião C. Velasco e, “Empresários, Economistas e perspectivas da democratização no Brasil”, in REIS, Fábio Wanderley & O’DONNELL, Guilherme (orgs). *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. Vértice, Rio, 1988. (Grande Brasil, Veredas, 8), p. 260. Diz ainda: “desde então, torna-se corriqueira a presença de líderes empresariais em palestras e mesas redondas (...) e sustentam posições que avançam em relação ao discurso governamental”. *Idem*, p. 259.

13. Observe certas semelhanças das duas análises: a) Caso brasileiro; b) Caso alemão. a) “Com efeito, o pacto político de 64 foi o resultado das ações e comissões dos diferentes setores em que se dividia a burguesia nacional. Decorreu dos problemas que definem os limites do seu caso ‘histórico’. Basicamente, a burguesia local viu-se forçada a lutar em duas frentes: externamente, confrontava-a o desafio imperialista, enquanto que, internamente, ameaçava-a o desafio popular. MARTINS, Carlos Estevan, *op. cit.*, p. 205-206. b) “As raízes do fascismo originam-se nos antagonismos entre a crescente monopolização industrial e o sistema democrático. Na Europa, depois da Primeira Grande Guerra, a engrenagem industrial,

e outros países já utilizaram essa forma de defesa do "status quo". O dinamismo da sociedade, contudo —, desencadeia circunstâncias novas propícias a saltos qualitativos. Em 1976, na Associação Interamericana de Ciência Política, em Edimburgo, César Guimarães apresenta uma análise das condições políticas brasileiras e termina pessimista:

"A manutenção ou instauração de uma ordem política liberal-democrática e os correlatos que lhe atribuíamos — alto nível de civilização, elevada defesa jurídica — está hoje a depender de muita gente. Mas cada vez menos do empresariado".¹⁴

A utilização de um telefonema para ministros da área econômica do governo e o recurso autoritário do decreto-lei eram suficientes para fazer valer interesses dos diversos setores da burguesia. O empresariado, desta forma, não demonstrava interesse de mudança. Foi, portanto, com o processo de "abertura política" com reflexo já da organização da sociedade civil que a burguesia se organiza.

O Ceará, como os demais Estados brasileiros, sente também o reflexo e participa desse processo de organização da burguesia. Sua economia da época retratada pelo analista Frota Neto já destacava o lado tradicional com reflexos na política "clientelista" e, portanto, propícia a reforçar o "status quo" textualmente, ele diz que:

"A grande empresa cearense é ainda comercial. O novo parque industrial é inibido, quase insignificante, economicamente predatória e insuficientemente

altamente racionalizada e em rápida expansão, encontrava crescente dificuldade de utilização, principalmente devido à ruptura do mercado mundial e à rede de legislação social ardentemente defendida pelo movimento trabalhista. Nesta situação, os mais poderosos grupos industriais tendiam a assumir diretamente o poder político para organizar a produção monopolista com o fim de destruir a oposição socialista e retomar o expansionismo imperialista" MARCUSE, Herbert, *Razão e Revolução*, Saga, Rio, 1969, p. 368.

14. GUIMARÃES, César, "Empresariado, tipos de Capitalismo e Ordem Política", in *Dados*, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1977, n.º 14, p. 45. Diz ainda: "ora, a ordem política liberal clássica exige exatamente isso: ou o empresariado governa, o que não é freqüente, ou faz o governo governar. E governar é, neste caso, planejar e executar o *laissez faire*, para usar o paradoxo de Polanyi, o que exige, entre outras coisas, as liberdades próprias ao liberalismo político; governar é implementar politicamente o capitalismo". *Ibidem*. p. 44. O grifo é do autor.

capitalizado. Na periferia, desenvolve-se no Ceará uma economia de exportação que tem sofrido sérios reveses nos últimos tempos, porque com base numa atividade rural que não se modernizou e que não se diversificou. O suprimento de outros centros — como do Maranhão e Piauí — tem fugido ao empresariado do Ceará (...). As populações rurais (em sua grande maioria) são formadas pelos 'sem terra', que trabalham em sistemas variados de dependência que vão dos 'moradores' aos 'posseiros' e 'meieiros', todos porém sem identidade econômica própria. O processo político utiliza tais canais para realizar sob controle sua intermediação".¹⁵

A burguesia que surge dessa economia não é forte e também não tem condições e nem perspectiva de fazer com que seus interesses sejam o de toda a sociedade. O empresariado é muito dependente do "dinheiro subsidiado" do governo federal e das ações "clientelísticas" das políticas governamentais. Como tradicionalmente dois grupos, geralmente familiares, dominam nos municípios, os "humores" dos tecno-burocratas determinavam qual o que mais se beneficiava. A burguesia cearense tradicional engrossava, deste modo, o coro dos empresários brasileiros que assinaram um documento encaminhado ao presidente, general Figueiredo, manifestando preocupação com a chamada "abertura política". Situavam-se, naquele final da década de 70, no espectro político conservador. A questão que se coloca para reflexão sobre a organização da burguesia no Ceará ao nos depararmos com essas observações pertinentes de analistas da época é a seguinte: Como, então, no segundo lustro da década de 80, um grupo empresarial mais moderno, comprometido com o espectro político mais progressista, desbancou o poder político tradicional e inicia um novo arranjo político?

Antes mesmo do aludido "Manifesto dos Oito" que colocamos como marco para a organização de setor da burguesia nacional e o início do processo de "abertura política", era reativado o Centro Industrial do Ceará (CIC). Havia sido criada

15. NETO, Frota. "No novo momento político: Onde e como ficam os empresários do Ceará". In: *O Povo*, 17-07-78, Fortaleza. Parêntese do autor Diz ainda: "conversas múltiplas que tenho mantido com empresários nacionais, com ramos da tecnocracia, com estudiosos do comportamento socioeconômico brasileiro parecem indicar que o empresariado cearense é, em sua grande maioria, do tipo politicamente conservador, defendendo a ação do Estado, da sua tutela e do seu apoio". *Ibidem*.

e outros países já utilizaram essa forma de defesa do "status quo". O dinamismo da sociedade, contudo —, desencadeia circunstâncias novas propícias a saltos qualitativos. Em 1976, na Associação Interamericana de Ciência Política, em Edimburgo, César Guimarães apresenta uma análise das condições políticas brasileiras e termina pessimista:

"A manutenção ou instauração de uma ordem política liberal-democrática e os correlatos que lhe atribuíam Mosca — alto nível de civilização, elevada defesa jurídica — está hoje a depender de muita gente. Mas cada vez menos do empresariado".¹⁴

A utilização de um telefonema para ministros da área econômica do governo e o recurso autoritário do decreto-lei eram suficientes para fazer valer interesses dos diversos setores da burguesia. O empresariado, desta forma, não demonstrava interesse de mudança. Foi, portanto, com o processo de "abertura política" com reflexo já da organização da sociedade civil que a burguesia se organiza.

O Ceará, como os demais Estados brasileiros, sente também o reflexo e participa desse processo de organização da burguesia. Sua economia da época retratada pelo analista Frota Neto já destacava o lado tradicional com reflexos na política "clientelista" e, portanto, propícia a reforçar o "status quo". Textualmente, ele diz que:

"A grande empresa cearense é ainda comercial. O novo parque industrial é inibido, quase insignificante, economicamente predatória e insuficientemente

altamente racionalizada e em rápida expansão, encontrava crescente dificuldade de utilização, principalmente devido à ruptura do mercado mundial e à rede de legislação social ardentemente defendida pelo movimento trabalhista. Nesta situação, os mais poderosos grupos industriais tendiam a assumir diretamente o poder político para organizar a produção monopolista com o fim de destruir a oposição socialista e retomar o expansionismo imperialista" MARCUSE, Herbert, *Razão e Revolução*, Saga, Rio, 1969, p. 368.

14. GUIMARÃES, César, "Empresariado, tipos de Capitalismo e Ordem Política", in *Dados*, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1977, n.º 14, p. 45. Diz ainda: "ora, a ordem política liberal clássica exige exatamente isso: ou o empresariado governa, o que não é freqüente, ou faz o governo governar. E governar é, neste caso, planejar e executar o *laissez faire*, para usar o paradoxo de Polanyi, o que exige, entre outras coisas, as liberdades próprias ao liberalismo político; governar é implementar politicamente o capitalismo". *Ibidem*. p. 44. O grifo é do autor.

capitalizado. Na periferia, desenvolve-se no Ceará uma economia de exportação que tem sofrido sérios reveses nos últimos tempos, porque com base numa atividade rural que não se modernizou e que não se diversificou. O suprimento de outros centros — como do Maranhão e Piauí — tem fugido ao empresariado do Ceará (...). As populações rurais (em sua grande maioria) são formadas pelos 'sem terra', que trabalham em sistemas variados de dependência que vão dos 'moradores' aos 'posseiros' e 'meieiros', todos porém sem identidade econômica própria. O processo político utiliza tais canais para realizar sob controle sua intermediação".¹⁵

A burguesia que surge dessa economia não é forte e também não tem condições e nem perspectiva de fazer com que seus interesses sejam o de toda a sociedade. O empresariado é muito dependente do "dinheiro subsidiado" do governo federal e das ações "clientelísticas" das políticas governamentais. Como tradicionalmente dois grupos, geralmente familiares, dominam nos municípios, os "humores" dos tecno-burocratas determinavam qual o que mais se beneficiava. A burguesia cearense tradicional engrossava, deste modo, o coro dos empresários brasileiros que assinaram um documento encaminhado ao presidente, general Figueiredo, manifestando preocupação com a chamada "abertura política". Situavam-se, naquele final da década de 70, no espectro político conservador. A questão que se coloca para reflexão sobre a organização da burguesia no Ceará ao nos depararmos com essas observações pertinentes de analistas da época é a seguinte: Como, então, no segundo lustro da década de 80, um grupo empresarial mais moderno, comprometido com o espectro político mais progressista, desbancou o poder político tradicional e inicia um novo arranjo político?

Antes mesmo do aludido "Manifesto dos Oito" que colocamos como marco para a organização de setor da burguesia nacional e o início do processo de "abertura política", era reativado o Centro Industrial do Ceará (CIC). Havia sido criada

15. NETO, Frota. "No novo momento político: Onde e como ficam os empresários do Ceará". In: *O Povo*, 17-07-78, Fortaleza. Parêntese do autor. Diz ainda: "conversas múltiplas que tenho mantido com empresários nacionais, com ramos da tecnocracia, com estudiosos do comportamento socioeconômico brasileiro parecem indicar que o empresariado cearense é, em sua grande maioria, do tipo politicamente conservador, defendendo a ação do Estado, da sua tutela e do seu apoio". *Ibidem*.

em 1919 quando a frágil burguesia local já marcava presença defendendo interesses e alianças, mas que com a criação da Federação das Indústrias agregando os sindicatos, e mesmo a Confederação Nacional das Indústrias, na década de 50, o CIC ficou praticamente desativado. Neste final da década de 60 registrava-se um momento de organização da burguesia brasileira. O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), José Flávio Costa Lima, diz mesmo desse momento e de sua oportunidade: "É chegado o tempo de ativarmos o Centro Industrial, tal como ocorre em São Paulo, no Rio, no Rio Grande do Sul e em Minas (...) porque, sendo o Centro uma entidade independente das restrições sindicais é através dela que o industrial pode se afirmar".¹⁶

A FIEC, ligada à Confederação Nacional das Indústrias (CNI), congregava o empresariado mais tradicional e receoso com o ritmo do processo de "abertura" que naquele momento se iniciava. Devido ao momento ser considerado delicado para o empresariado, havia a necessidade de um processo de amadurecimento político para os novos tempos que viriam com o retorno ao modelo liberal-democrático. E a grande colaboração que os novos traziam vinha dos bancos das universidades. Flávio Costa Lima, o articulador do CIC, diz da diferença dos novos empresários, uma nova geração desta que faz a Indústria local, dos atuais:

16. "Centro Industrial do Ceará — CIC — posse da nova diretoria". In: *O Povo* Fortaleza, 08-03-78. Flávio Costa nomina os jovens empresários: "Não posso descrever de uma geração que congrega moços de expressão de Airtton Queiroz, Edson Queiroz Filho, Roberto e Amarílio Proença Macedo, José Macedo Filho, Tâmer Sancho, José Afonso Sancho Júnior, Roberto Arrais Maia, João Luiz Ramalho Filho, Waldemar Gomes Filho, Lincoln de Moraes Machado, Paulo Porto Guimarães, Flávio e Sérgio Cunha Figueiredo, Fernando Gurgel Filho, José Carlos Holanda Pinheiro, José Wellington Costa Rolim, Eliseu Batista Filho, Olívio Costa Filho, Jaime Piuheiro Filho, Noberto e Néelson Nogueira Pinheiro, Pio Rodrigues Neto, Gerardo Carneiro Júnior, Inácio Parente Neto, Wilson Mata Aragão, Luciano Vidal Alves, Tasso Jereissati, Alexandre Costa Lima Neto, João Granjeiro Filho, João Carlos e Pedro Jorge Clemente Fernandes, Waldar Ary, Miguel Dias de Sousa, Patriolino Ribeiro Filho, João de Deus Costa Lima, Cândido Couto Filho, Antônio Kleber Uchoa Cunha, Assis Vieira Filho, José Sérgio de Oliveira Machado, Assis Machado Neto, Jeová Damasceno Filho, George Almeida Damasceno, Luís Gentil Filho, Sérgio Gentil, Francisco Martins de Lima, Cláudio L. Albuquerque, Roberto Fontenele, Luciano Monteiro, Adjacir Cidrão Filho, Ricardo e Cláudio Romcy, Paulo Barreto Mindela, Célio Cirino Gurgel e tantos e tantos outros. É essa geração moça que desejo ver participando do Centro Industrial do Ceará" — "Palavras de José Flávio Costa Lima, presidente da FIEC, sobre a criação do CIC", In: *O Povo*, Fortaleza, 18-01-78.

O CIC "é o órgão específico para aglutinar todo empresariado do setor. Por isso, quero dinamizá-lo, contando especialmente com a colaboração dos moços, que nos trariam, antes de tudo, um bom nível cultural, porquanto ao contrário do que aconteceu com as gerações passadas, os de agora entram na atividade econômica amparados pelos conhecimentos técnico-científicos adquiridos nos bancos universitários. Estes jovens economistas, administradores, técnicos em ciências das finanças e contábeis, etc. — devem vir para dentro do Centro, trazendo seus conhecimentos, suas idéias novas e seu entusiasmo para o debate da problemática que afeta, não a cada um *de persi*, mas à comunidade nacional e regional, buscando-se as soluções mais sólidas que interessam aos mais altos desejos da Nação brasileira".¹⁷

O CIC renasceu sem o estigma corporativista que as entidades representativas da sociedade estavam impregnadas. Pelo contrário, desenvolveu dentro dela um embrião de projeto político mais arrojado. Não só organizar a burguesia para as táticas e estratégias que a nova realidade desafiava, mas também contaminou-se da idéia de acabar com o intermediário e assumir um projeto político próprio. Falaremos desse projeto quando, adiante, abordarmos sobre a expressão da burguesia. Naquele momento de criação do CIC, o pensamento empresarial era de dar continuidade ao controle da hegemonia por parte dos empresários nessa fase de reorganização da própria sociedade civil que passara mais de uma década "desmobilizada" sob pressão do árbitro. Para sensibilizar o empresariado, sobretudo os novos, diz Flávio Costa Lima: "O processo econômico brasileiro reclama uma atuação permanente das entidades privadas para que possam ser conciliados aqueles esforços e interesses desenvolvidos pela área oficial com os nossos. O interesse do governo e o da iniciativa privada são harmônicos. O empresariado tem responsabilidade de informar ao homem do governo sobre os anseios e propósitos para que o Brasil mantenha a sua economia de mercado e seu regime liberal democrático".¹⁸

17. "Palavras de José Flávio..." *op. cit.*

18. "O presidente da FACIC..." *op. cit.* O jornal *Correio do Ceará*, representante de setores conservadores do empresariado, diz em editorial: "Façamos votos que a tentativa de renovação, ou de revitalização do Secretário José Flávio Costa Lima, tenha coroamento, a aceitação, e mais do

em 1919 quando a frágil burguesia local já marcava presença defendendo interesses e alianças, mas que com a criação da Federação das Indústrias agregando os sindicatos, e mesmo a Confederação Nacional das Indústrias, na década de 50, o CIC ficou praticamente desativado. Neste final da década de 60 registrava-se um momento de organização da burguesia brasileira. O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), José Flávio Costa Lima, diz mesmo desse momento e de sua oportunidade: "É chegado o tempo de ativarmos o Centro Industrial, tal como ocorre em São Paulo, no Rio, no Rio Grande do Sul e em Minas (...) porque, sendo o Centro uma entidade independente das restrições sindicais é através dela que o industrial pode se afirmar".¹⁶

A FIEC, ligada à Confederação Nacional das Indústrias (CNI), congregava o empresariado mais tradicional e receoso com o ritmo do processo de "abertura" que naquele momento se iniciava. Devido ao momento ser considerado delicado para o empresariado, havia a necessidade de um processo de amadurecimento político para os novos tempos que viriam com o retorno ao modelo liberal-democrático. E a grande colaboração que os novos traziam vinha dos bancos das universidades. Flávio Costa Lima, o articulador do CIC, diz da diferença dos novos empresários, uma nova geração desta que faz a Indústria local, dos atuais:

16. "Centro Industrial do Ceará — CIC — posse da nova diretoria". In: *O Povo* Fortaleza, 08-03-78. Flávio Costa nomina os jovens empresários: "Não posso descrever de uma geração que congrega moços de expressão de Airtton Queiroz, Edson Queiroz Filho, Roberto e Amarílio Proença Macedo, José Macedo Filho, Tâmer Sancho, José Afonso Sancho Júnior, Roberto Arrais Maia, João Luiz Ramalho Filho, Waldemar Gomes Filho, Lincoln de Moraes Machado, Paulo Porto Guimarães, Flávio e Sérgio Cunha Figueiredo, Fernando Gurgel Filho, José Carlos Holanda Pinheiro, José Wellington Costa Rolim, Eliseu Batista Filho, Olívio Costa Filho, Jaime Pinheiro Filho, Noberto e Néelson Nogueira Pinheiro, Pio Rodrigues Neto, Gerardo Carneiro Júnior, Inácio Parente Neto, Wilson Maia Aragão, Luciano Vidal Alves, Tasso Jereissati, Alexandre Costa Lima Neto, João Granjeiro Filho, João Carlos e Pedro Jorge Clemente Fernandes, Waldar Ary, Miguel Dias de Sousa, Patriolino Ribeiro Filho, João de Deus Costa Lima, Cândido Couto Filho, Antônio Kleber Uchoa Cunha, Assis Vieira Filho, José Sérgio de Oliveira Machado, Assis Machado Neto, Jeová Damasceno Filho, George Almeida Damasceno, Luís Gentil Filho, Sérgio Gentil, Francisco Martins de Lima, Cláudio L. Albuquerque, Roberto Fontenele, Luciano Monteiro, Adjacir Cidrão Filho, Ricardo e Cláudio Romcy, Paulo Barreto Mindela, Célio Cirino Gurgel e tantos e tantos outros. É essa geração moça que desejo ver participando do Centro Industrial do Ceará" — "Palavras de José Flávio Costa Lima, presidente da FIEC, sobre a criação do CIC", In: *O Povo*, Fortaleza, 18-01-78.

O CIC "é o órgão específico para aglutinar todo empresariado do setor. Por isso, quero dinamizá-lo, contando especialmente com a colaboração dos moços, que nos trariam, antes de tudo, um bom nível cultural, porquanto ao contrário do que aconteceu com as gerações passadas, os de agora entram na atividade econômica amparados pelos conhecimentos técnico-científicos adquiridos nos bancos universitários. Estes jovens economistas, administradores, técnicos em ciências das finanças e contábeis, etc. — devem vir para dentro do Centro, trazendo seus conhecimentos, suas idéias novas e seu entusiasmo para o debate da problemática que afeta, não a cada um *de persi*, mas à comunidade nacional e regional, buscando-se as soluções mais sólidas que interessam aos mais altos desejos da Nação brasileira".¹⁷

O CIC renasceu sem o estigma corporativista que as entidades representativas da sociedade estavam impregnadas. Pelo contrário, desenvolveu dentro dela um embrião de projeto político mais arrojado. Não só organizar a burguesia para as táticas e estratégias que a nova realidade desafiava, mas também contaminou-se da idéia de acabar com o intermediário e assumir um projeto político próprio. Falaremos desse projeto quando, adiante, abordarmos sobre a expressão da burguesia. Naquele momento de criação do CIC, o pensamento empresarial era de dar continuidade ao controle da hegemonia por parte dos empresários nessa fase de reorganização da própria sociedade civil que passara mais de uma década "desmobilizada" sob pressão do arbítrio. Para sensibilizar o empresariado, sobretudo os novos, diz Flávio Costa Lima: "O processo econômico brasileiro reclama uma atuação permanente das entidades privadas para que possam ser conciliados aqueles esforços e interesses desenvolvidos pela área oficial com os nossos. O interesse do governo e o da iniciativa privada são harmônicos. O empresariado tem responsabilidade de informar ao homem do governo sobre os anseios e propósitos para que o Brasil mantenha a sua economia de mercado e seu regime liberal democrático".¹⁸

17. "Palavras de José Flávio..." *op. cit.*

18. "O presidente da FACIC..." *op. cit.* O jornal *Correio do Ceará*, representante de setores conservadores do empresariado, diz em editorial: "Façamos votos que a tentativa de renovação, ou de revitalização do Secretário José Flávio Costa Lima, tenha coroamento, a aceitação, e mais do

Dentro dessa expectativa com a nova entidade criada para mobilizar os novos empresários, a liderança tradicional do setor industrial da burguesia cearense assinava um cheque em branco. Não estava nos planos que o "conflito de geração" pudesse desencadear um processo que não se coadunasse com o tradicional. O CIC passou a ser um centro de debate, de formação política, de mobilizador da opinião pública para os pleitos empresariais. Muitas lutas comuns e outras conflitantes travaram-se entre os tradicionais e as novas lideranças empresariais.

A primeira diretoria do CIC tomou posse no dia oito de março de 1978 (o "manifesto dos oito" sairia em junho). Beni Veras, um industrial do ramo têxtil, foi o primeiro presidente, tendo três vices: Airton José Vidal de Queiroz, Álvaro de Castro Correia e Pedro Filomeno Gomes Neto. Entre os dez diretores estavam Tasso Jereissati e Amarílio Macedo que, após caminharem juntos até a conquista do governo do Estado, entram em divergências.

A administração de Beni Veras foi muito dinâmica e muito fecunda para a gestação do novo projeto político. Nos primeiros quatro meses acontecerem três fóruns de debates importantes sobre SUDENE e algodão. Um painel sobre: "O processo de industrialização no Nordeste", tendo como expositor o ex-presidente do Banco do Nordeste, Rômulo de Almeida e como debatedores José Lins, então superintendente da SUDENE, Nilson Holanda, então presidente do BNB, Virgílio Távora, Paulo Lustosa, então Secretário de Planejamento do governo estadual e José Antônio Costa representando o CIC. Esse importante painel acontecia logo no mês seguinte à posse do primeiro presidente do CIC, Beni Veras.

Amarílio Macedo mantém encontro, em maio, com o empresário paulista Cláudio Bardella, um dos signatários do "Manifesto dos Oito" que seria lançado no mês seguinte, e aceitara ser expositor num novo painel sobre: "O Empresariado e a Sociedade". E realmente acontece em julho esse encontro, tendo acompanhado um outro signatário, o empresário José Midlin. O CIC, portanto, passou a alinhar-se com setores mais modernos do empresariado industrial brasileiro logo no seu nascedouro, na sua reestruturação, e passa a defender uma posição de vanguarda no processo de "abertura política" que se iniciava.

que isto, o compromisso de que a nova geração de empresários de nossa terra está disposta a trabalhar pelo Ceará". *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30-01-78.

Um outro ponto importante para empolgar esse novo projeto político foi a indicação do novo governo do Estado, o último pelo sistema indireto. Virgílio Távora, que havia sido também o último governador eleito, em 1962, volta, agora como "biônico", na expressão da época, para substituir o coronel Adauto Bezerra, um empresário ligado ao setor financeiro. Távora escolhe para elaborar seu plano de Governo um jovem economista, professor da Universidade Federal do Ceará, Luís Gonzaga da Mota. O CIC havia proposto ao novo governo um *pacto social* mobilizando todos os cearenses para a luta contra a pobreza e Gonzaga Mota vai ao CIC conversar com os jovens empresários e articula conjuntamente uma estratégia desta ação. Assim, "o Centro Industrial distribuiu tarefas a grupos de jovens empresários visando a um levantamento, tanto quanto possível real, da situação do Estado. Trata-se de um trabalho prévio para uma exposição ao futuro governador Virgílio Távora, a partir do que terá o Chefe do Governo melhores condições de sentir os anseios do empresariado com vistas a uma administração preocupada em dar ao Ceará a estratégia global mais válida e a destinação de recursos mais consentânea com as nossas potencialidades".¹⁹

Gonzaga Mota servirá de trampolim na estratégia política dos jovens empresários agrupados no CIC quando é escolhido como o candidato do partido do governo, o Partido Democrático Social — PDS, em 1982. Antes de examinarmos esse momento decisivo, contudo, queremos ainda destacar outros pontos que fizeram o CIC enriquecer seu *curriculum* na organização e formulação do novo projeto político, além desse apoio, e mesmo um certo assessoramento ao jovem economista que, então, é o Secretário de Planejamento do governo de Virgílio Távora.

Em 1980, a dezoito de janeiro, assume nova e dinâmica diretoria no Centro Industrial. Amarílio Macedo, o novo presidente, dá continuidade ao processo de politização iniciada na gestão de Beni Veras. Os vices serão, em ordem, Inácio Colares Capelo, Álvaro de Castro Correia Neto, Sérgio Machado, Francisco de Assis Barbosa e Alexandre Costa Lima Neto. O Conselho Fiscal é formado por Beni Veras, Byron Costa de Queiroz e Tasso Jereissati.

No discurso de posse de Beni Veras a preocupação era com o mercado interno dificultado pelos salários baixos e a tecno-

19. "Indústria e Industriais", coluna diária — "Visão verdadeira da situação do Estado". In: *O Povo*, Fortaleza, 20-05-78.

Dentro dessa expectativa com a nova entidade criada para mobilizar os novos empresários, a liderança tradicional do setor industrial da burguesia cearense assinava um cheque em branco. Não estava nos planos que o “conflito de geração” pudesse desencadear um processo que não se coadunasse com o tradicional. O CIC passou a ser um centro de debate, de formação política, de mobilizador da opinião pública para os pleitos empresariais. Muitas lutas comuns e outras conflitantes travaram-se entre os tradicionais e as novas lideranças empresariais.

A primeira diretoria do CIC tomou posse no dia oito de março de 1978 (o “manifesto dos oito” sairia em junho). Beni Veras, um industrial do ramo têxtil, foi o primeiro presidente, tendo três vices: Airton José Vidal de Queiroz, Alvaro de Castro Correia e Pedro Filomeno Gomes Neto. Entre os dez diretores estavam Tasso Jereissati e Amarílio Macedo que, após caminharem juntos até a conquista do governo do Estado, entram em divergências.

A administração de Beni Veras foi muito dinâmica e muito fecunda para a gestação do novo projeto político. Nos primeiros quatro meses acontecerem três fóruns de debates importantes sobre SUDENE e algodão. Um painel sobre: “O processo de industrialização no Nordeste”, tendo como expositor o ex-presidente do Banco do Nordeste, Rômulo de Almeida e como debatedores José Lins, então superintendente da SUDENE, Nílson Holanda, então presidente do BNB, Virgílio Távora, Paulo Lustosa, então Secretário de Planejamento do governo estadual e José Antônio Costa representando o CIC. Esse importante painel acontecia logo no mês seguinte à posse do primeiro presidente do CIC, Beni Veras.

Amarílio Macedo mantém encontro, em maio, com o empresário paulista Cláudio Bardella, um dos signatários do “Manifesto dos Oito” que seria lançado no mês seguinte, e aceitaria ser expositor num novo painel sobre: “O Empresariado e a Sociedade”. E realmente acontece em julho esse encontro, tendo acompanhado um outro signatário, o empresário José Midlin. O CIC, portanto, passou a alinhar-se com setores mais modernos do empresariado industrial brasileiro logo no seu nascedouro, na sua reestruturação, e passa a defender uma posição de vanguarda no processo de “abertura política” que se iniciava.

que isto, o compromisso de que a nova geração de empresários de nossa terra está disposta a trabalhar pelo Ceará”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30-01-78.

Um outro ponto importante para empolgar esse novo projeto político foi a indicação do novo governo do Estado, o último pelo sistema indireto. Virgílio Távora, que havia sido também o último governador eleito, em 1962, volta, agora como “biônico”, na expressão da época, para substituir o coronel Adauto Bezerra, um empresário ligado ao setor financeiro. Távora escolhe para elaborar seu plano de Governo um jovem economista, professor da Universidade Federal do Ceará, Luís Gonzaga da Mota. O CIC havia proposto ao novo governo um *pacto social* mobilizando todos os cearenses para a luta contra a pobreza e Gonzaga Mota vai ao CIC conversar com os jovens empresários e articula conjuntamente uma estratégia desta ação. Assim, “o Centro Industrial distribuiu tarefas a grupos de jovens empresários visando a um levantamento, tanto quanto possível real, da situação do Estado. Trata-se de um trabalho prévio para uma exposição ao futuro governador Virgílio Távora, a partir do que terá o Chefe do Governo melhores condições de sentir os anseios do empresariado com vistas a uma administração preocupada em dar ao Ceará a estratégia global mais válida e a destinação de recursos mais consentânea com as nossas potencialidades”.¹⁹

Gonzaga Mota servirá de trampolim na estratégia política dos jovens empresários agrupados no CIC quando é escolhido como o candidato do partido do governo, o Partido Democrático Social — PDS, em 1982. Antes de examinarmos esse momento decisivo, contudo, queremos ainda destacar outros pontos que fizeram o CIC enriquecer seu *currículo* na organização e formulação do novo projeto político, além desse apoio, e mesmo um certo assessoramento ao jovem economista que, então, é o Secretário de Planejamento do governo de Virgílio Távora.

Em 1980, a dezoito de janeiro, assume nova e dinâmica diretoria no Centro Industrial. Amarílio Macedo, o novo presidente, dá continuidade ao processo de politização iniciada na gestão de Beni Veras. Os vices serão, em ordem, Inácio Colares Capelo, Alvaro de Castro Correia Neto, Sérgio Machado, Francisco de Assis Barbosa e Alexandre Costa Lima Neto. O Conselho Fiscal é formado por Beni Veras, Byron Costa de Queiroz e Tasso Jereissati.

No discurso de posse de Beni Veras a preocupação era com o mercado interno dificultado pelos salários baixos e a tecno-

19. “Indústria e Industriais”, coluna diária — “Visão verdadeira da situação do Estado”. In: *O Povo*, Fortaleza, 20-05-78.

burocracia que já atrapalhava o processo de acumulação capitalista.²⁰ Dois anos depois, com novo presidente, Amarílio Macedo, a primeira preocupação ainda persistia e com mais força, mas a ênfase era também para o processo de conscientização política da burguesia industrial que deveria buscar os caminhos do liberalismo com mais justiça social. Como afirmou o próprio Amarílio Macedo: "Quem busca o caminho da exploração e da falácia, certamente em vida recebe a contrapartida merecida".²¹

Na gestão de Amarílio acentua-se o conflito entre os setores mais conservadores e o CIC. Vem a tona quando a revista *Isto É* faz uma reportagem sobre os jovens empresários considerando a FIEC como apenas "um agradável local de encontros vespertinos" e o CIC como um "ativo fórum de debates", destacando inclusive as personalidades que já haviam desfilado: "Lá estiveram o jornalista Carlos Castello Branco, os humoristas Millor Fernandes e Henfil; os empresários José Mindlin, Cláudio Bardella, Paulo Francini, Jorge Gerdau Johannpeter, Abílio Diniz e Antônio Ermírio de Moraes; os economistas Celso Furtado e Luiz Carlos Bresser Pereira; e o cardeal Dom Aloísio Lorscheider".²²

O terceiro presidente será Tasso Jereissati e assume em 6 de novembro de 1981. Seu discurso é de que o CIC deve ser uma força de pressão para os pleitos do Ceará e do Nordeste e não para se encaminhar reivindicações corporativistas. Le-

vanta a bandeira do regional. Seu comportamento mostra-se mais pragmático na busca dessas conquistas. O discurso do interesse regional articulado com o local esconde um projeto de hegemonia, de articulação de interesses mais universais, e serve de suporte ideológico na organização política do empresariado. E é com essa filosofia que se organiza uma mesa-redonda, no final de 1980, para debater o orçamento monetário. Assim se justifica o presidente em exercício, Sérgio Machado: "a praxe tem sido, até agora, esperar que o Conselho Monetário aprovasse o orçamento para depois se discutir. Com essa mesa redonda, o CIC se propõe a discutir o orçamento necessário ao atendimento das reais necessidades da região. Queremos influenciar no desfecho de nosso futuro. Vamos discutir as prioridades e não migalhas como têm sido destinadas ao Nordeste".²³ Com essa marca, e já com o projeto político amadurecido, transcorrem as eleições para governador no ano de 1982, como dissemos, a primeira após o golpe de 1964.

As elites políticas tradicionais, representadas pelas três lideranças, todas ex-governadores no período da exceção (de forma indireta): César Cals, Aduino Bezerra e Virgílio Távora, todos do PDS, não entraram em acordo para com o candidato. Apelaram para um *tercius*. Seria um técnico e não ligado às articulações tradicionais. Virgílio Távora, então no governo, teve mais peso e indicou o economista Gonzaga Mota, seu Secretário de Planejamento. Pesou, entre outras, o apoio do CIC. Havia um compromisso de Gonzaga Mota, quando eleito, lotear — literalmente — o Ceará, com cargos e verbas, com 33 por cento para cada grupo aludido acima. E Mota ganha de seu principal competidor, Mauro Benevides, um político tradicional e moderado que representava a oposição ao regime militar. O Partido dos Trabalhadores estréia, conseguindo em torno de dez mil votos, significando apenas que as esquerdas já começavam a extravasar suas diferenças e buscavam seus espaços.

Gonzaga Mota, portanto, o mais jovem candidato, recebeu um governo numa fase de "transição" para a abertura política e de mobilização dos setores populares, sobretudo com o movimento das "diretas já". Sobre o problema do "loteamento", o presidente do CIC, Tasso Jereissati, comentou num discurso que

23. "CIC promove mesa-redonda para debater orçamento monetário". In: *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 12/12/81. Para a mesa-redonda foram convidados Valfrido Salmito Filho, então Superintendente da SUDENE, José Osvaldo Pontes, o diretor-geral do DNOCS, e o governador Virgílio Távora. Sobre a análise do discurso regional vide, nesta pesquisa, trabalho de Rejane Vasconcelos.

20. "Se por um lado o planejamento estatal tem ajudado a tornar nosso desenvolvimento mais previsível, tem também colocado nas mãos dos organismos estatais ou paraestatais os destinos de toda a iniciativa empresarial tendo-se um mercado contido pela baixa renda da maioria da população, e os recursos atrelados a uma série infinita de órgãos governamentais como esperar que os empresários possam sobreviver no livre jogo das iniciativas?" — "Palavra do Novo Presidente" In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 09-03-78, p. 12.

21. "Íntegra do discurso do novo Presidente do CIC", In: *O Povo*, Fortaleza, 19-01-80. Diz ainda: "Acreditamos que o CIC existe para promover, entre os empresários do nosso estado, o debate em busca de revisões dos nossos conceitos. Conceitos que herdamos e que sobreviveram até ontem, e hoje nos deixam sem rumo, sem credibilidade no futuro". *Ibidem*.

22. "O Ceará também inova", Revista *Isto É*, Rio, 10-09-80, p. 22. Em editorial, o jornal *O Povo* tenta contemporizar: "A FIEC realiza um notável trabalho, inclusive, também no campo de levantamento cultural de seus membros, como a ninguém é lícito desconhecer o plano de ação do CIC Resta às duas entidades superarem essas questões que levantam talvez da falta de uma maior aproximação entre seus membros, de modo a que, unidas, possam oferecer ainda mais o esforço comum pelo desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil".

burocracia que já atrapalhava o processo de acumulação capitalista.²⁰ Dois anos depois, com novo presidente, Amarílio Macedo, a primeira preocupação ainda persistia e com mais força, mas a ênfase era também para o processo de conscientização política da burguesia industrial que deveria buscar os caminhos do liberalismo com mais justiça social. Como afirmou o próprio Amarílio Macedo: "Quem busca o caminho da exploração e da falácia, certamente em vida recebe a contrapartida merecida".²¹

Na gestão de Amarílio acentua-se o conflito entre os setores mais conservadores e o CIC. Vem a tona quando a revista *Isto É* faz uma reportagem sobre os jovens empresários considerando a FIEC como apenas "um agradável local de encontros vespertinos" e o CIC como um "ativo fórum de debates", destacando inclusive as personalidades que já haviam desfilado: "Lá estiveram o jornalista Carlos Castello Branco, os humoristas Millor Fernandes e Henfil; os empresários José Mindlin, Cláudio Bardella, Paulo Francini, Jorge Gerdau Johannpeter, Abílio Diniz e Antônio Ermírio de Moraes; os economistas Celso Furtado e Luiz Carlos Bresser Pereira; e o cardeal Dom Aloísio Lorscheider".²²

O terceiro presidente será Tasso Jereissati e assume em 6 de novembro de 1981. Seu discurso é de que o CIC deve ser uma força de pressão para os pleitos do Ceará e do Nordeste e não para se encaminhar reivindicações corporativistas. Le-

20. "Se por um lado o planejamento estatal tem ajudado a tornar nosso desenvolvimento mais previsível, tem também colocado nas mãos dos organismos estatais ou paraestatais os destinos de toda a iniciativa empresarial tendo-se um mercado contido pela baixa renda da maioria da população, e os recursos atrelados a uma série infinita de órgãos governamentais como esperar que os empresários possam sobreviver no livre jogo das iniciativas?" — "Palavra do Novo Presidente" *In: Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 09-03-78, p. 12.

21. "Íntegra do discurso do novo Presidente do CIC", *In: O Povo*, Fortaleza, 19-01-80. Diz ainda: "Acreditamos que o CIC existe para promover, entre os empresários do nosso estado, o debate em busca de revisões dos nossos conceitos. Conceitos que herdamos e que sobreviveram até ontem, e hoje nos deixam sem rumo, sem credibilidade no futuro". *Ibidem*.

22. "O Ceará também inova", *Revista Isto É*, Rio, 10-09-80, p. 22. Em editorial, o jornal *O Povo* tenta contemporizar: "A FIEC realiza um notável trabalho, inclusive, também no campo de levantamento cultural de seus membros, como a ninguém é lícito desconhecer o plano de ação do CIC Resta às duas entidades superarem essas questões que levantam talvez da falta de uma maior aproximação entre seus membros, de modo a que, unidas, possam oferecer ainda mais o esforço comum pelo desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil".

vanta a bandeira do regional. Seu comportamento mostra-se mais pragmático na busca dessas conquistas. O discurso do interesse regional articulado com o local esconde um projeto de hegemonia, de articulação de interesses mais universais, e serve de suporte ideológico na organização política do empresário. E é com essa filosofia que se organiza uma mesa-redonda, no final de 1980, para debater o orçamento monetário. Assim se justifica o presidente em exercício, Sérgio Machado: "a praxe tem sido, até agora, esperar que o Conselho Monetário aprovasse o orçamento para depois se discutir. Com essa mesa redonda, o CIC se propõe a discutir o orçamento necessário ao atendimento das reais necessidades da região. Queremos influenciar no desfecho de nosso futuro. Vamos discutir as prioridades e não migalhas como têm sido destinadas ao Nordeste".²³ Com essa marca, e já com o projeto político amadurecido, transcorrem as eleições para governador no ano de 1982, como dissemos, a primeira após o golpe de 1964.

As elites políticas tradicionais, representadas pelas três lideranças, todas ex-governadores no período da exceção (de forma indireta): César Cals, Aduino Bezerra e Virgílio Távora, todos do PDS, não entraram em acordo para com o candidato. Apelaram para um *tercius*. Seria um técnico e não ligado às articulações tradicionais. Virgílio Távora, então no governo, teve mais peso e indicou o economista Gonzaga Mota, seu Secretário de Planejamento. Pesou, entre outras, o apoio do CIC. Havia um compromisso de Gonzaga Mota, quando eleito, lotear — literalmente — o Ceará, com cargos e verbas, com 33 por cento para cada grupo aludido acima. E Mota ganha de seu principal competidor, Mauro Benevides, um político tradicional e moderado que representava a oposição ao regime militar. O Partido dos Trabalhadores estréia, conseguindo em torno de dez mil votos, significando apenas que as esquerdas já começavam a extravasar suas diferenças e buscavam seus espaços.

Gonzaga Mota, portanto, o mais jovem candidato, recebeu um governo numa fase de "transição" para a abertura política e de mobilização dos setores populares, sobretudo com o movimento das "diretas já". Sobre o problema do "loteamento", o presidente do CIC, Tasso Jereissati, comentou num discurso que

23. "CIC promove mesa-redonda para debater orçamento monetário". *In: Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 12/12/81. Para a mesa-redonda foram convidados Valfrido Salmito Filho, então Superintendente da SUDENE, José Osvaldo Pontes, o diretor-geral do DNOCS, e o governador Virgílio Távora. Sobre a análise do discurso regional vide, nesta pesquisa, trabalho de Rejane Vasconcelos.

foi oferecido após sua eleição num jantar onde estava representada toda a burguesia local: o CIC, a FIEC, a Associação Comercial, o Clube dos Diretores Lojistas, a Federação da Agricultura e a Federação dos Bancos, além de outras associações empresariais. Depois de enumerar as dificuldades que o governador iria encontrar (comentaremos adiante), Jereissati termina dizendo que: "Nada obstante, governador eleito Gonzaga Mota, a classe empresarial do Ceará tem grandes esperanças em Vossa Excelência e no seu governo. Com efeito, na condição de primeiro governador eleito nos últimos 20 anos, com grande maioria do voto popular, o seu mandato se deve, unicamente, ao povo que o elegeu e somente ao qual se ligam seus compromissos. (...) Sua condição técnica e sua juventude capacitam-no a identificar as melhores opções".²⁴

Gonzaga Mota, deste modo, vai crescendo em ações de rebeldia às estruturas que o aprisionam e sempre com o apoio da "opinião pública" e, entre os setores organizados da sociedade, o CIC. Primeiro com os grupos que o apóiam, os chamados "coronéis" da política tradicional (Cesar Cals foi o último deles), depois com o próprio governo federal, não só Delfim Netto, mas o próprio presidente Figueiredo. Mas não percebeu as mudanças e tentou formar um grupo para dar continuidade e acercou-se de "fisiologistas". Não havia um projeto político a médio e longo prazos para mobilizar setores organizados da sociedade civil, mas apenas o poder e os postos estratégicos. Esse projeto estava sendo elaborado com maior técnica pelo grupo do CIC e Gonzaga Mota era uma peça desse xadrez, descartável, mas importante na transição. E é como a burguesia industrial expressa seu projeto e articula para toda a sociedade que trataremos a seguir.

2. EXPRESSÃO POLÍTICA DA BURGUESIA

Em política, não basta apenas substituir as posições de mando, sobretudo numa situação inovadora ou revolucionária. Para a conquista do Estado é necessário também substituir os critérios de legitimidade do poder, apresentar uma visão de mundo alternativo que leve à ação política. É necessário, enfim, expressar politicamente um projeto político que, embora de interesse da classe que se pretende hegemônica ou a vir

24. Discurso de Tasso Jereissati, em 10/01/83, no jantar oferecido ao governador eleito" (mimeo), arquivo do NEPS.

a exercer essa hegemonia, apareça como de interesse de toda sociedade, do povo em geral.

A burguesia brasileira é encarada, na literatura especializada, como "uma burguesia incapaz de impor seu projeto de classe à sociedade como um todo".²⁵ O recurso ao autoritarismo é sintomático dessa realidade. A fraqueza da burguesia se deve a sua heterogeneidade e por não agir como classe devido à falta de coesão interna e de unidade de ação política. Seus órgãos de classe retratavam essa realidade. A burguesia brasileira não teve necessidade de desenvolver uma ação agressiva para impor a ordem burguesa e acomodou-se ao esquema de compromisso, de convivência com setores sociais tradicionais. Essa é a realidade apresentada pela literatura especializada que tem seu vigor até a revolução de 1964, embora setores tradicionais ainda se acomodem a ela.

Esse esquema de compromisso ocorre com a burguesia se aliando ao esquema rural conservador, mantendo o controle dos votos necessários pelo processo de dependência do homem do campo ao dono da terra, o tradicional sistema "coronelista".²⁶ Acontece que os laços "coronelistas", que já vinham em crise devido ao êxodo rural e por penetração de relações capitalistas no campo, acentuam-se com o modelo de modernização que os governos implantaram pós-64 — o Estatuto da Terra e depois o pró-Terra — e sobretudo com a presença de uma igreja ligada à Teologia da Libertação que organiza os trabalhadores, dando-lhe mais força e eficiência nos embates com os conflitos rurais.²⁷ E a Igreja Católica, no Ceará, é competente em organizar e mobilizar setores representativos da sociedade civil.²⁸

A intensificação dos conflitos rurais, tanto pelos "sem-terra", quanto por pagamento via produção, que o Estatuto da Terra veio a modificar o que se realizava na prática, constituiu-se, como dissemos no início, no "novc" que necessita ser incorporado nas análises sobre o Nordeste e detectar seu potencial de transformação. A organização dos industriais do Ceará

25. BOSCHI, Renato Raul, "Empresário Nacional: alguns problemas teóricos e sua caracterização econômica", In: DINIZ, Ely e BOSCHI, Renato R., *Empresário Nacional e Estado do Brasil*, Forense, Rio, 1978, p. 110

26. Existe uma bibliografia longa sobre o coronelismo. Destacamos apenas o livro clássico de LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*, Alfa-Omega, São Paulo, 1975, 2a. ed.

27. Vide CARVALHO, Rejane Vasconcelos. *Movimentos Sociais e Política na Zona Rural do Ceará — Análise de Candidaturas Populares nas Eleições Estaduais de 1986*. (mimeo), NEPS, Fortaleza, 1988.

28. PARENTE, Josénio C., *Anauê os camisas-verde no poder*, Edições UFC, Fortaleza, 1986.

foi oferecido após sua eleição num jantar onde estava representada toda a burguesia local: o CIC, a FIEC, a Associação Comercial, o Clube dos Diretores Lojistas, a Federação da Agricultura e a Federação dos Bancos, além de outras associações empresariais. Depois de enumerar as dificuldades que o governador iria encontrar (comentaremos adiante), Jereissati termina dizendo que: "Nada obstante, governador eleito Gonzaga Mota, a classe empresarial do Ceará tem grandes esperanças em Vossa Excelência e no seu governo. Com efeito, na condição de primeiro governador eleito nos últimos 20 anos, com grande maioria do voto popular, o seu mandato se deve, unicamente, ao povo que o elegeu e somente ao qual se ligam seus compromissos. (...) Sua condição técnica e sua juventude capacitam-no a identificar as melhores opções".²⁴

Gonzaga Mota, deste modo, vai crescendo em ações de rebeldia às estruturas que o aprisionam e sempre com o apoio da "opinião pública" e, entre os setores organizados da sociedade, o CIC. Primeiro com os grupos que o apóiam, os chamados "coronéis" da política tradicional (Cesar Cals foi o último deles), depois com o próprio governo federal, não só Delfim Netto, mas o próprio presidente Figueiredo. Mas não percebeu as mudanças e tentou formar um grupo para dar continuidade e acercou-se de "fisiologistas". Não havia um projeto político a médio e longo prazos para mobilizar setores organizados da sociedade civil, mas apenas o poder e os postos estratégicos. Esse projeto estava sendo elaborado com maior técnica pelo grupo do CIC e Gonzaga Mota era uma peça desse xadrez, descartável, mas importante na transição. E é como a burguesia industrial expressa seu projeto e articula para toda a sociedade que trataremos a seguir.

2. EXPRESSÃO POLÍTICA DA BURGUESIA

Em política, não basta apenas substituir as posições de mando, sobretudo numa situação inovadora ou revolucionária. Para a conquista do Estado é necessário também substituir os critérios de legitimidade do poder, apresentar uma visão de mundo alternativo que leve à ação política. É necessário, enfim, expressar politicamente um projeto político que, embora de interesse da classe que se pretende hegemônica ou a vir

24. Discurso de Tasso Jereissati, em 10/01/83, no jantar oferecido ao governador eleito" (mimeo), arquivo do NEPS.

a exercer essa hegemonia, apareça como de interesse de toda sociedade, do povo em geral.

A burguesia brasileira é encarada, na literatura especializada, como "uma burguesia incapaz de impor seu projeto de classe à sociedade como um todo".²⁵ O recurso ao autoritarismo é sintomático dessa realidade. A fraqueza da burguesia se deve a sua heterogeneidade e por não agir como classe devido à falta de coesão interna e de unidade de ação política. Seus órgãos de classe retratavam essa realidade. A burguesia brasileira não teve necessidade de desenvolver uma ação agressiva para impor a ordem burguesa e acomodou-se ao esquema de compromisso, de convivência com setores sociais tradicionais. Essa é a realidade apresentada pela literatura especializada que tem seu vigor até a revolução de 1964, embora setores tradicionais ainda se acomodem a ela.

Esse esquema de compromisso ocorre com a burguesia se aliando ao esquema rural conservador, mantendo o controle dos votos necessários pelo processo de dependência do homem do campo ao dono da terra, o tradicional sistema "coronelista".²⁶ Acontece que os laços "coronelistas", que já vinham em crise devido ao êxodo rural e por penetração de relações capitalistas no campo, acentuam-se com o modelo de modernização que os governos implantaram pós-64 — o Estatuto da Terra e depois o pró-Terra — e sobretudo com a presença de uma igreja ligada à Teologia da Libertação que organiza os trabalhadores, dando-lhe mais força e eficiência nos embates com os conflitos rurais.²⁷ E a Igreja Católica, no Ceará, é competente em organizar e mobilizar setores representativos da sociedade civil.²⁸

A intensificação dos conflitos rurais, tanto pelos "sem-terra", quanto por pagamento via produção, que o Estatuto da Terra veio a modificar o que se realizava na prática, constituiu-se, como dissemos no início, no "novc" que necessita ser incorporado nas análises sobre o Nordeste e detectar seu potencial de transformação. A organização dos industriais do Ceará

25. BOSCHI, Renato Raul, "Empresário Nacional: alguns problemas teóricos e sua caracterização econômica", In: DINIZ, Ely e BOSCHI, Renato R., *Empresário Nacional e Estado do Brasil*, Forense, Rio, 1978, p. 110

26. Existe uma bibliografia longa sobre o coronelismo. Destacamos apenas o livro clássico de LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*, Alfa-Omega, São Paulo, 1975, 2a. ed.

27. Vide CARVALHO, Rejane Vasconcelos. *Movimentos Sociais e Política na Zona Rural do Ceará — Análise de Candidaturas Populares nas Eleições Estaduais de 1986*. (mimeo), NEPS, Fortaleza, 1988.

28. PARENTE, Josénio C., *Anauê os camisas-verde no poder*, Edições UFC, Fortaleza, 1986.

num projeto político arrojado e bem sucedido na busca do poder é o outro lado do “novo” que é objeto de nossa preocupação no momento. São, contudo, conjunturalmente imbricados e reflete o desenvolvimento capitalista.

Os jovens empresários que se organizaram no CIC, como vimos, foram considerados diferentes dos antigos, pelo presidente da FIEC, por cursar as universidades, os cursos de pós-graduação, como vimos na nota 17 desse ensaio, embora não chegue a caracterizar esse novo. Eram, contudo, mais profissionais que os empresários tradicionais e ainda em evidência. O economista Frota Neto ressalta ainda, reforçando esse dado, que esses jovens empresários têm uma informação diferenciada do jogo político econômico-social. São “uma segunda geração de empresários que, social e intelectualmente se formou longe dos ‘balcões’ e das ‘máquinas’, que estudou as teorias sobre o comportamento da sociedade e que, em função disto, vê a sociedade brasileira de modo diferente dos seus antecessores. Eles sabem o que é capitalismo, o que é uma sociedade capitalista e qual deve ser o comportamento dos capitalistas”.²⁹

O primeiro presidente do CIC, Beni Veras, do ramo de confecções, enfatiza o mercado interno, a “burguesia estatal” e faz uma análise da realidade de 1978: “Destá forma, o capitalismo brasileiro de que somos parte, que experimentou grande euforia quando do achatamento salarial de meados da década anterior, paga hoje altos juros pelo não desenvolvimento do nosso mercado interno. Ao mesmo tempo, o processo de modernização da nossa sociedade, apoiado pelas classes empresariais desde o seu princípio, gerou uma forte burocracia que a partir do crescente poder do Estado e escudada em planos de desenvolvimento, adquiriu uma enorme força, antes mesmo que se desnudasse de seus preconceitos, muitas vezes enxergando pecado no lucro e corrupção no sucesso. Com recursos públicos não vinculados a lucro e de difícil avaliação em termos de resultados sociais, torna-se fácil vencer o concurso da iniciativa privada que, quando falha é facilmente penalizada pelo mercado”.³⁰

A análise acima retrata o anacronismo que o movimento de 64 havia criado para as relações capitalistas: “uma burguesia estatal”, já ressaltado anteriormente, e que foi um dos motivos da burguesia reivindicar o retorno ao modelo liberal-democrático.

29. NETO, Frota, citado, em 17/07/78. O grifo é nosso.

30. “Palavra do Novo Presidente” citado, em 09/03/78.

co que, segundo Lênin, é o melhor invólucro para o capital, é a forma em que o capitalismo consegue exercer a sua dominação.

Amarílio Macedo, o segundo presidente, reforça a necessidade do mercado interno, mas já com preocupações mais afinadas com a social-democracia, maior justiça social. Mas é preciso convencer às diferentes camadas da sociedade da superioridade capitalista para essa justiça social. Diz: “Palavras que tanto nos dizem, como liberdade, democracia, livre empresa, são conceitos abstratos para grandes camadas de nossa coletividade. Para nós, entretanto, representam os suportes básicos de nossa cultura e é sobre elas que montamos nosso trabalho e idealizamos nosso futuro. Portanto, faz-se indispensável que sejamos capazes de convencer as diferentes camadas da população de sua viabilidade”.³¹

Tasso Jereissati é mais contundente, quando presidente do CIC, e faz uma profissão de fé afirmando: “Acreditamos no capitalismo, não apenas porque somos capitalistas, mas porque ele é o único sistema capaz de distribuir a riqueza e preservar, ao mesmo tempo, as liberdades e os direitos do homem”.³²

Não se constitui, contudo, em novidade — muito pelo contrário — o fato de que setores da burguesia industrial defendam o modelo capitalista, mesmo a sua forma mais humanizada, a social-democracia. O novo em evidência é que jovens empresários, reunidos, desenvolvam um projeto político bur-

31. “Empresários devem defender um modelo mais justo, diz Amarílio Macedo”. In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 05/10/81. Diz ainda: “a estes novos tempos, temos que agregar nossa inteligência e criatividade, de modo que a sociedade possa se beneficiar, de forma justa, do resultado de nossa capacidade de gestão, senso de oportunidade, adaptabilidade às mudanças somadas ao esforço produtivo da classe trabalhadora. Se formos competentes, a nova ordem poderá ser desenvolvida a partir do nosso incipiente capitalismo, fortalecendo-o e preservando o seu caráter social, como ocorreu na maioria dos países desenvolvidos. Assim, poderemos construir uma nação de homens livres, infensa às soluções fáceis e enganosas do totalitarismo e do oportunismo”. *Ibidem*.

32. “Tasso afirma que CIC é de formação política”, In: *O Povo*, 16/09/81. No seu discurso de posse ele afirma: “Nossa opção pela livre empresa opõe-se, como é evidente, à alternativa da socialização dos meios de produção. Tal opção, porém, não exclui nossa concordância ao mesmo tempo, com a ação disciplinadora e democrática, por parte do Estado, na defesa dos legítimos interesses da sociedade”. — “Tasso preocupado com justiça social”. In: *O Povo*, Fortaleza, 07/11/81. Saiu também no *Jornal do Brasil*, Rio, 07/11/81: “Jereissati pede justiça social ao assumir o CIC”.

num projeto político arrojado e bem sucedido na busca do poder é o outro lado do “novo” que é objeto de nossa preocupação no momento. São, contudo, conjunturalmente imbricados e reflete o desenvolvimento capitalista.

Os jovens empresários que se organizaram no CIC, como vimos, foram considerados diferentes dos antigos, pelo presidente da FIEC, por cursar as universidades, os cursos de pós-graduação, como vimos na nota 17 desse ensaio, embora não chegue a caracterizar esse novo. Eram, contudo, mais profissionais que os empresários tradicionais e ainda em evidência. O economista Frota Neto ressalta ainda, reforçando esse dado, que esses jovens empresários têm uma informação diferenciada do jogo político econômico-social. São “uma segunda geração de empresários que, social e intelectualmente se formou longe dos ‘balcões’ e das ‘máquinas’, que estudou as teorias sobre o comportamento da sociedade e que, em função disto, vê a sociedade brasileira de modo diferente dos seus antecessores. Eles sabem o que é capitalismo, o que é uma sociedade capitalista e qual deve ser o comportamento dos capitalistas”.²⁹

O primeiro presidente do CIC, Beni Veras, do ramo de confecções, enfatiza o mercado interno, a “burguesia estatal” e faz uma análise da realidade de 1978: “Destá forma, o capitalismo brasileiro de que somos parte, que experimentou grande euforia quando do achatamento salarial de meados da década anterior, paga hoje altos juros pelo não desenvolvimento do nosso mercado interno. Ao mesmo tempo, o processo de modernização da nossa sociedade, apoiado pelas classes empresariais desde o seu princípio, gerou uma forte burocracia que a partir do crescente poder do Estado e escudada em planos de desenvolvimento, adquiriu uma enorme força, antes mesmo que se desnudasse de seus preconceitos, muitas vezes enxergando pecado no lucro e corrupção no sucesso. Com recursos públicos não vinculados a lucro e de difícil avaliação em termos de resultados sociais, torna-se fácil vencer o concurso da iniciativa privada que, quando falha é facilmente penalizada pelo mercado”.³⁰

A análise acima retrata o anacronismo que o movimento de 64 havia criado para as relações capitalistas: “uma burguesia estatal”, já ressaltado anteriormente, e que foi um dos motivos da burguesia reivindicar o retorno ao modelo liberal-democrático.

29. NETO, Frota, citado, em 17/07/78. O grifo é nosso.

30. “Palavra do Novo Presidente” citado, em 09/03/78.

co que, segundo Lênin, é o melhor invólucro para o capital, é a forma em que o capitalismo consegue exercer a sua dominação.

Amarílio Macedo, o segundo presidente, reforça a necessidade do mercado interno, mas já com preocupações mais afinadas com a social-democracia, maior justiça social. Mas é preciso convencer às diferentes camadas da sociedade da superioridade capitalista para essa justiça social. Diz: “Palavras que tanto nos dizem, como liberdade, democracia, livre empresa, são conceitos abstratos para grandes camadas de nossa coletividade. Para nós, entretanto, representam os suportes básicos de nossa cultura e é sobre elas que montamos nosso trabalho e idealizamos nosso futuro. Portanto, faz-se indispensável que sejamos capazes de convencer as diferentes camadas da população de sua viabilidade”.³¹

Tasso Jereissati é mais contundente, quando presidente do CIC, e faz uma profissão de fé afirmando: “Acreditamos no capitalismo, não apenas porque somos capitalistas, mas porque ele é o único sistema capaz de distribuir a riqueza e preservar, ao mesmo tempo, as liberdades e os direitos do homem”.³²

Não se constitui, contudo, em novidade — muito pelo contrário — o fato de que setores da burguesia industrial defendam o modelo capitalista, mesmo a sua forma mais humanizada, a social-democracia. O novo em evidência é que jovens empresários, reunidos, desenvolvam um projeto político bur-

31. “Empresários devem defender um modelo mais justo, diz Amarílio Macedo”. In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 05/10/81. Diz ainda: “a estes novos tempos, temos que agregar nossa inteligência e criatividade, de modo que a sociedade possa se beneficiar, de forma justa, do resultado de nossa capacidade de gestão, senso de oportunidade, adaptabilidade às mudanças somadas ao esforço produtivo da classe trabalhadora. Se formos competentes, a nova ordem poderá ser desenvolvida a partir do nosso incipiente capitalismo, fortalecendo-o e preservando o seu caráter social, como ocorreu na maioria dos países desenvolvidos. Assim, poderemos construir uma nação de homens livres, infensa às soluções fáceis e enganosas do totalitarismo e do oportunismo”. *Ibidem*.

32. “Tasso afirma que CIC é de formação política”, In: *O Povo*, 16/09/81. No seu discurso de posse ele afirma: “Nossa opção pela livre empresa opção, como é evidente, à alternativa da socialização dos meios de produção. Tal opção, porém, não exclui nossa concordância ao mesmo tempo, com a ação disciplinadora e democrática, por parte do Estado, na defesa dos legítimos interesses da sociedade”. — “Tasso preocupado com justiça social”. In: *O Povo*, Fortaleza, 07/11/81. Saiu também no *Jornal do Brasil*, Rio, 07/11/81: “Jereissati pede justiça social ao assumir o CIC”.

guês³³ e o ponham em prática num Estado onde o clientelismo, a pobreza e a apatia alienante têm sido a marca dominante. E qual a essência desse projeto? Que contradições podemos encontrar?

O projeto é burguês. Pretende incrementar e desenvolver o capitalismo numa região órfã na divisão do trabalho em nível nacional e regional, num dos Estados mais pobres dessa região. Nesse ponto, o projeto tem intercessão com a das esquerdas políticas, pois para desenvolver o mercado interno é necessário não só implantar o padrão capitalista de produção, afetando conseqüentemente as relações de produção, mas sobretudo um melhor padrão de vida que possibilite o maior número de pessoas comprarem confecções, refrigerantes, cervejas, entre outras. Como disse Tasso Jereissati ao assumir a presidência: "o CIC assume que não há nenhuma perspectiva, a longo prazo, para o empresário, sem a solução dos problemas sociais do País. Ou todos resolvemos, em conjunto, o problema da justiça social, ou todos juntos pereceremos. A bandeira contra a miséria deve ser erguida e defendida por nós".³⁴

O CIC, como dissemos acima, foi também a vanguarda cearense que fizera coro com os empresários que em nível nacional reivindicam a aceleração do processo então iniciado de "abertura política". Amarílio Macedo foi o presidente que mais se empenhou com essa problemática. Dizia em seu discurso de posse que: "não se faz bastante lutar pelas conquistas do Estado democrático, que idealmente seria o regime de todos. Há que construir uma democracia em que todos encontrem canais de participação de modo a poderem edificar uma sociedade

33. Cada dos três primeiros presidentes percebem o caráter de classe da formação política do CIC: a) Beni Veras: "Como sensibilizar os poderes para nossos problemas? Como tornar os organismos regionais mais fortes e capitalizados? Como convencer os cearenses de talento que seu futuro está aqui?" ("Palavras de...", citado) b) Amarílio Macedo: "Queiramos ou não, somos visto como classe, como estando no Poder" ("Empresários...", citado) c) Tasso Jereissati: "O ideário do CIC não é fazer e encaminhar reivindicações de cunho empresarial a curto prazo, mas incentivar o debate, para obter o melhor subsídio para as soluções dos problemas do Ceará, do Nordeste, e do país como um todo" ("Tasso...", citado).
34. "Tasso preocupado..." citado. Amarílio Macedo em seu discurso de posse: "Ou nós acabamos com a miséria ou por ela seremos destruído". E Beni Veras, o primeiro presidente diz: "Nosso mercado consumidor ainda é pequeno, pobre e desigual, incapaz de sustentar o desenvolvimento de grandes indústrias de base de consumo, de que é prova o impasse em que sempre se encontrou e ainda se encontra nossa indústria têxtil". Afirmação também feita em discurso de posse.

de mais justa".³⁵ Nesse momento em que Amarílio Macedo pregava nova estruturação de poder de modo a permitir maior participação, o Partido dos Trabalhadores, recém-criado, em nível nacional, tentava se estruturar no Ceará, embora ainda com muita dificuldade.³⁶ Havia, portanto, uma preocupação dos jovens empresários de aliar-se a forças emergentes da sociedade. E percebiam que as novas regras de representação seriam possíveis de serem mobilizadas para desenvolver a região, pois o "problema do Nordeste é político".³⁷ Diz Beni Veras, então presidente do CIC, ao instalar o painel sobre o processo de industrialização do Nordeste:

"Se o planejamento se revelou incapaz de sensibilizar por nossa condição, resta apelar para o exercício das formas democráticas de pressão. Os Estados do Nordeste foram os mais sensíveis à mensagem da revolução, que conta, nas bancadas nordestinas, com alguns de seus melhores líderes. Cremos chegada a hora de nossos representantes, colocando o peso de seus mandatos e superando possíveis divergências pessoais ou partidárias, tornarem clara a dimensão de nosso problema. Nós, cearenses, subdesenvolvidos de uma região subdesenvolvida, em meio à frustração, buscamos uma esperança".³⁸

Apesar de defenderem o processo democrático e serem contra a "forte burocracia a partir do crescente poder do Estado" que já atrapalhava o processo de acumulação capitalista, quando jovens empresários falavam em "justiça social" não estava implícito apenas o consumo interno, mas, contraditoriamente, a tutela ao Estado com créditos subsidiados, para "estimular

35. "Empresários..." citado. Reconhece ainda: "após um longo período em que o país experimentou expressivo crescimento econômico, assim como marcantes desigualdades sociais e regionais, vê-se agora a pressão conjunta de grupos emergentes, buscando novas relações de poder". *Ibidem*.
36. "O êxodo rural, motivado pela seca, vem causando prejuízos ao Partido dos Trabalhadores, sobretudo no que diz respeito à filiação partidária, conforme disse o Presidente da agremiação, jornalista Francisco Auto Filho" — TADEU, Paulo, "Dificuldades do PT" na coluna "Política". *In: O Povo*, Fortaleza, 17/03/81.
37. Citado no discurso de posse de Amarílio Macedo como presidente do CIC — 19/01/80.
38. "Palavras de Benedito Veras, presidente do CIC, ao instalar o painel sobre o processo de industrialização do Nordeste". *In: O Povo*, Fortaleza, 20/04/78.

guês³³ e o ponham em prática num Estado onde o clientelismo, a pobreza e a apatia alienante têm sido a marca dominante. E qual a essência desse projeto? Que contradições podemos encontrar?

O projeto é burguês. Pretende incrementar e desenvolver o capitalismo numa região órfã na divisão do trabalho em nível nacional e regional, num dos Estados mais pobres dessa região. Nesse ponto, o projeto tem intercessão com a das esquerdas políticas, pois para desenvolver o mercado interno é necessário não só implantar o padrão capitalista de produção, afetando conseqüentemente as relações de produção, mas sobretudo um melhor padrão de vida que possibilite o maior número de pessoas comprarem confecções, refrigerantes, cervejas, entre outras. Como disse Tasso Jereissati ao assumir a presidência: "o CIC assume que não há nenhuma perspectiva, a longo prazo, para o empresário, sem a solução dos problemas sociais do País. Ou todos resolvemos, em conjunto, o problema da justiça social, ou todos juntos pereceremos. A bandeira contra a miséria deve ser erguida e defendida por nós".³⁴

O CIC, como dissemos acima, foi também a vanguarda cearense que fizera coro com os empresários que em nível nacional reivindicam a aceleração do processo então iniciado de "abertura política". Amarílio Macedo foi o presidente que mais se empenhou com essa problemática. Dizia em seu discurso de posse que: "não se faz bastante lutar pelas conquistas do Estado democrático, que idealmente seria o regime de todos. Há que construir uma democracia em que todos encontrem canais de participação de modo a poderem edificar uma sociedade

33. Cada dos três primeiros presidentes percebem o caráter de classe da formação política do CIC: a) Beni Veras: "Como sensibilizar os poderes para nossos problemas? Como tornar os organismos regionais mais fortes e capitalizados? Como convencer os cearenses de talento que seu futuro está aqui?" ("Palavras de...", citado) b) Amarílio Macedo: "Queiramos ou não, somos visto como classe, como estando no Poder" ("Empresários...", citado) c) Tasso Jereissati: "O ideário do CIC não é fazer e encaminhar reivindicações de cunho empresarial a curto prazo, mas incentivar o debate, para obter o melhor subsídio para as soluções dos problemas do Ceará, do Nordeste, e do país como um todo" ("Tasso...", citado).

34. "Tasso preocupado..." citado. Amarílio Macedo em seu discurso de posse: "Ou nós acabamos com a miséria ou por ela seremos destruído". E Beni Veras, o primeiro presidente diz: "Nosso mercado consumidor ainda é pequeno, pobre e desigual, incapaz de sustentar o desenvolvimento de grandes indústrias de base de consumo, de que é prova o impasse em que sempre se encontrou e ainda se encontra nossa indústria têxtil". Afirmação também feita em discurso de posse.

de mais justa".³⁵ Nesse momento em que Amarílio Macedo pregava nova estruturação de poder de modo a permitir maior participação, o Partido dos Trabalhadores, recém-criado, em nível nacional, tentava se estruturar no Ceará, embora ainda com muita dificuldade.³⁶ Havia, portanto, uma preocupação dos jovens empresários de aliar-se a forças emergentes da sociedade. E percebiam que as novas regras de representação seriam possíveis de serem mobilizadas para desenvolver a região, pois o "problema do Nordeste é político".³⁷ Diz Beni Veras, então presidente do CIC, ao instalar o painel sobre o processo de industrialização do Nordeste:

"Se o planejamento se revelou incapaz de sensibilizar por nossa condição, resta apelar para o exercício das formas democráticas de pressão. Os Estados do Nordeste foram os mais sensíveis à mensagem da revolução, que conta, nas bancadas nordestinas, com alguns de seus melhores líderes. Cremos chegada a hora de nossos representantes, colocando o peso de seus mandatos e superando possíveis divergências pessoais ou partidárias, tornarem clara a dimensão de nosso problema. Nós, cearenses, subdesenvolvidos de uma região subdesenvolvida, em meio à frustração, buscamos uma esperança".³⁸

Apesar de defenderem o processo democrático e serem contra a "forte burocracia a partir do crescente poder do Estado" que já atrapalhava o processo de acumulação capitalista, quando jovens empresários falavam em "justiça social" não estava implícito apenas o consumo interno, mas, contraditoriamente, a tutela ao Estado com créditos subsidiados, para "estimular

35. "Empresários..." citado. Reconhece ainda: "após um longo período em que o país experimentou expressivo crescimento econômico, assim como marcantes desigualdades sociais e regionais, vê-se agora a pressão conjunta de grupos emergentes, buscando novas relações de poder". *Ibidem*.

36. "O êxodo rural, motivado pela seca, vem causando prejuízos ao Partido dos Trabalhadores, sobretudo no que diz respeito à filiação partidária, conforme disse o Presidente da agremiação, jornalista Francisco Auto Filho" — TADEU, Paulo, "Dificuldades do PT" na coluna "Política". *In: O Povo*, Fortaleza, 17/03/81.

37. Citado no discurso de posse de Amarílio Macedo como presidente do CIC — 19/01/80.

38. "Palavras de Benedito Veras, presidente do CIC, ao instalar o painel sobre o processo de industrialização do Nordeste". *In: O Povo*, Fortaleza 20/04/78.

lar o desenvolvimento”, já que o mercado era reduzido, e assim resolver as distorções entre a região Sudeste muito rica e a Nordeste muito pobre. Essa última preocupação é mais presente no discurso de Tasso Jereissati, mas que está presente em todos os participantes. Em seu discurso de posse já alertava nesse sentido:

“O governo e a sociedade brasileira devem o quanto antes conscientizar-se da gravidade que representa o problema social nordestino. Nessa região, vivem mais de 30 milhões de pessoas, a grande maioria das quais num estado de pobreza e miséria quase absoluta. Na zona rural esse quadro é mais drástico, porque toda a área é castigada há três anos por uma seca que frustrou as safras agrícolas, reduziu os rebanhos e expulsou para as cidades um contingente enorme de gente que, por sua vez, multiplicou os problemas urbanos. A situação do Nordeste é grave, séria e mesmo perigosa”.³⁹

Essa preocupação emerge com mais ênfase quando, logo no início do CIC, no final de 1979, o governo federal anuncia que retirará todo subsídio ao crédito. O jovem empresário Byron Queiroz opina:

“Desejamos que, em termos práticos, o governo contemple o Nordeste com uma política definida, ensejando mais recursos para as empresas, que o crédito continue a ser subsidiado mesmo ele retirando o subsídio do Centro-Sul, que as instituições de fomento ao desenvolvimento sejam completamente reforçadas, os programas sociais sejam melhorados, que venham investimentos públicos para a Região”.⁴⁰

39. “Tasso afirma...” citado. Diz ainda: “A renda per capita” da Região caiu de 47,7 por cento em relação à do Brasil, em 1960, para 36,3 por cento, em 1970. O mais grave é que a participação relativa do Nordeste nos gastos nacionais com Saúde e Educação estão longe de se equipararem à proporção regional sobre a população do País” — “Tasso preocupado...” citado.

40. “Mesa-Redonda: Empresários pedem ao Presidente repensar o planejamento do Nordeste”. In: *O Povo*, Fortaleza, 23/11/79. Sérgio Machado, sobre os orçamentos federais, escreve: “Apesar de o Nordeste permanecer como o maior bolsão de pobreza do mundo ocidental (no continente americano, apenas a Bolívia e o Haiti têm renda ‘per capita’ inferior) a sua fatia nos programas sociais do Governo continua muito aquém do que se deveria esperar de uma política justa”, citado.

Essa expressão política dos industriais cearenses, uma nova geração que buscava a participação política ainda em nível do debate, da pressão parlamentar para os problemas de classe, e com isso crescia sua responsabilidade e a necessidade que essas idéias se tornassem viáveis na prática. Foram envolvidos com a mobilização dos empresários em nível nacional de que o capitalismo brasileiro nessa nova fase deveria, na medida do possível, ser administrado pelos próprios empresários. Não era essa a visão da geração mais madura. Alguns até já militavam na política como deputados e senadores, tanto pelo PDS como pelo MDB, mas pelos métodos tradicionais. E a própria administração do Estado tinha que ser modificada nesse novo projeto. Teria que se adequar ao modelo burguês. E essa visão já é expressa no discurso que Tasso Jereissati, então presidente do CIC, faz ao recém-eleito governador Gonzaga Mota, estando implícito tacitamente o estímulo de que ele se liberte do tradicional, do “acordo dos coronéis”. Dizia Tasso Jereissati:

“Se a conjuntura nacional apresenta-se sombria, o que não dizer do momento econômico vivido, atualmente, pelo Ceará? Todos sabemos que o quadro imposto ao nosso Estado é sensivelmente *agravado pela seca e seus efeitos*, os quais, desafiam, secularmente, a capacidade de realização dos administradores; é agravado pelo *centralismo econômico* que, por intermédio de um sistema tributário altamente nocivo aos interesses dos Estados nordestinos, transformou-os em pedintes e, humilhanamente, dependente dos humores da tecno-burocracia nacional: é agravado pelo serviço de sua dívida altamente sufocante, é agravado pela *elevada carga do funcionalismo, cujo volume e reduzida produtividade* apenas reflete o inadequado uso do poder; é agravado pela *má aplicação dos poucos recursos disponíveis para investimento*, nem sempre socialmente avaliados; por fim, e em resumo, é agravado pela *má gestão que impediu o Estado de optar por qualquer política econômica compatível* com os anseios de sua coletividade, de vez que os recursos disponíveis estão vinculados ao pagamento do serviço da dívida e ao funcionalismo, para que, ainda assim, se configuram *insuficientes*”.⁴¹

41. Discurso de Tasso, citado. (10/01/83): O grifo é nosso.

lar o desenvolvimento”, já que o mercado era reduzido, e assim resolver as distorções entre a região Sudeste muito rica e a Nordeste muito pobre. Essa última preocupação é mais presente no discurso de Tasso Jereissati, mas que está presente em todos os participantes. Em seu discurso de posse já alertava nesse sentido:

“O governo e a sociedade brasileira devem o quanto antes conscientizar-se da gravidade que representa o problema social nordestino. Nessa região, vivem mais de 30 milhões de pessoas, a grande maioria das quais num estado de pobreza e miséria quase absoluta. Na zona rural esse quadro é mais drástico, porque toda a área é castigada há três anos por uma seca que frustrou as safras agrícolas, reduziu os rebanhos e expulsou para as cidades um contingente enorme de gente que, por sua vez, multiplicou os problemas urbanos. A situação do Nordeste é grave, séria e mesmo perigosa”.³⁹

Essa preocupação emerge com mais ênfase quando, logo no início do CIC, no final de 1979, o governo federal anuncia que retirará todo subsídio ao crédito. O jovem empresário Byron Queiroz opina:

“Desejamos que, em termos práticos, o governo contemple o Nordeste com uma política definida, ensejando mais recursos para as empresas, que o crédito continue a ser subsidiado mesmo ele retirando o subsídio do Centro-Sul, que as instituições de fomento ao desenvolvimento sejam completamente reforçadas, os programas sociais sejam melhorados, que venham investimentos públicos para a Região”.⁴⁰

39. “Tasso afirma...” citado. Diz ainda: “A renda per capita” da Região caiu de 47,7 por cento em relação à do Brasil, em 1960, para 36,3 por cento, em 1970. O mais grave é que a participação relativa do Nordeste nos gastos nacionais com Saúde e Educação estão longe de se equipararem à proporção regional sobre a população do País” — “Tasso preocupado...” citado.

40. “Mesa-Redonda: Empresários pedem ao Presidente repensar o planejamento do Nordeste”. In: *O Povo*, Fortaleza, 23/11/79. Sérgio Machado, sobre os orçamentos federais, escreve: “Apesar de o Nordeste permanecer como o maior bolsão de pobreza do mundo ocidental (no continente americano, apenas a Bolívia e o Haiti têm renda ‘per capita’ inferior) a sua fatia nos programas sociais do Governo continua muito aquém do que se deveria esperar de uma política justa”, citado.

Essa expressão política dos industriais cearenses, uma nova geração que buscava a participação política ainda em nível do debate, da pressão parlamentar para os problemas de classe, e com isso crescia sua responsabilidade e a necessidade que essas idéias se tornassem viáveis na prática. Foram envolvidos com a mobilização dos empresários em nível nacional de que o capitalismo brasileiro nessa nova fase deveria, na medida do possível, ser administrado pelos próprios empresários. Não era essa a visão da geração mais madura. Alguns até já militavam na política como deputados e senadores, tanto pelo PDS como pelo MDB, mas pelos métodos tradicionais. E a própria administração do Estado tinha que ser modificada nesse novo projeto. Teria que se adequar ao modelo burguês. E essa visão já é expressa no discurso que Tasso Jereissati, então presidente do CIC, faz ao recém-eleito governador Gonzaga Mota, estando implícito tacitamente o estímulo de que ele se liberte do tradicional, do “acordo dos coronéis”. Dizia Tasso Jereissati:

“Se a conjuntura nacional apresenta-se sombria, o que não dizer do momento econômico vivido, atualmente, pelo Ceará? Todos sabemos que o quadro imposto ao nosso Estado é sensivelmente *agravado pela seca e seus efeitos*, os quais, desafiando, secularmente, a capacidade de realização dos administradores; é agravado pelo *centralismo econômico* que, por intermédio de um sistema tributário altamente nocivo aos interesses dos Estados nordestinos, transformou-os em pedintes e, humilhantemente, dependente dos humores da tecno-burocracia nacional; é agravado pelo serviço de sua dívida altamente sufocante, é agravado pela *elevada carga do funcionalismo, cujo volume e reduzida produtividade* apenas reflete o inadequado uso do poder; é agravado pela *má aplicação dos poucos recursos disponíveis para investimento*, nem sempre socialmente avaliados; por fim, e em resumo, é agravado pela *má gestão que impediu o Estado de optar por qualquer política econômica compatível* com os anseios de sua coletividade, de vez que os recursos disponíveis estão vinculados ao pagamento do serviço da dívida e ao funcionalismo, para que, ainda assim, se configuram *insuficientes*”.⁴¹

41. Discurso de Tasso, citado. (10/01/83): O grifo é nosso.

A seca sempre foi usada ideologicamente pelas elites dominantes nordestinas, sobretudo a cearense onde suas consequências são mais evidenciadas, para se conseguir recursos subsidiados. A "indústria das secas" é um fenômeno já conhecido e denunciado, mas que persiste. Na posse do governador Gonzaga Mota, contudo, já eram três anos consecutivos de chuvas irregulares — seca — que desorganizavam a produção agrícola. Mas a visão de administração, que o novo projeto empresarial expressava estava contida nos três últimos quadros impostos, segundo o discurso de Jereissati, ao estado do Ceará: alto volume de funcionários públicos com baixa produtividade, má aplicação dos poucos recursos disponíveis para o investimento e a falta de um projeto econômico compatível com os anseios do empresariado mais moderno que, também, acabaria beneficiando toda a sociedade. E isso se constitui na essência do projeto burguês dos jovens empresários para com a administração e já está expresso claramente nesse discurso de Jereissati na posse do governador Gonzaga Mota, no Estado. E isso era incompatível com a forma tradicional de fazer política. Gonzaga Mota foi chamado a ser um interlocutor desse projeto, mesmo se sabendo das dificuldades que ele iria encontrar para, antes de tudo, romper com o "acordo dos coronéis", com o loteamento da administração antes mesmo de sua posse. Mas Mota, mesmo não aderindo de todo e se perdendo nos esquemas tradicionais, seria o "trampolim", faria a ponte de transição nesse projeto, entre os "coronéis" e a nova hegemonia empresarial.

Um ponto citado por Jereissati naquele discurso para Mota, o "centralismo econômico", foi logo mobilizado na administração Gonzaga Mota. Governadores do Nordeste, recém-eleitos no primeiro sufrágio após o movimento de 64, se encontram em Fortaleza, Ceará, a 17 de janeiro de 1983. Estava presente também o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. O encontro foi aberto com o discurso do presidente do CIC, Tasso Jereissati, que disse: "O centralismo econômico não foi capaz de se sensibilizar em nossas extremas carências, e nossas lideranças, presas a um sistema político sufocante, não puderam se impor de modo a influir na escolha das prioridades do País. Não fomos convidados para o milagre brasileiro, e agora seremos forçados a participar dos que deverão pagar a conta".⁴²

42. "Governadores querem a reforma com urgência". In: *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 18/01/83. Amarílio Macedo é mais idealista. Para ele "o encontro foi, ainda, oportuno em dois pontos essenciais: primeiro, porque estamos saindo de uma recente eleição de governadores pelo voto direto,

Nesse encontro, que se discutiu prioritariamente a reforma tributária e o Nordeste é visto pelos setores empresariais mais conservadores como forma de pressão para que mais "dinheiro subsidiado" apareça na região.⁴³

A expressão ideológica da burguesia cearense alinhado ao CIC já estava madura o suficiente para se expor à opinião pública e concorrer eleições. Teria que se contrapor as forças tradicionais, identificadas como "coronelistas", que controlavam os votos dependentes, sobretudo do interior, e da ala mais progressiva identificada com o crescimento do Partido dos Trabalhadores, sobretudo surpreendido com a sensacional vitória de Maria Luiza Fontenelle, em 1985, para a Prefeitura de Fortaleza.

Para os tradicionais, os "coronéis", parecia presa fácil para o CIC, pois os chamados "currais eleitorais" são cooptáveis, sem ideologia, sem um projeto que não seja o próprio controle de posições de mando, aliado à desorganização hegemônica desses "currais" patrocinada pelo governo Gonzaga Mota, no poder. E o crescimento da organização do movimento rural, a presença efetiva da igreja progressista, já indicava mudanças numa direção mais moderna, menos clientelística. Quanto à ameaça do Partido dos Trabalhadores, agora com a administração do maior município do Estado, Fortaleza, era só dificultar os recursos e explorar e estimular a desunião das esquerdas, ainda tão viva. Estava formado o cenário para a entrada de um novo projeto, cujos atores são conhecidos como "nova oligarquia urbano-industrial".

Tasso Jereissati foi o candidato natural do CIC, mas que ocupou espaço dentro do PMDB e alinou-se com as diversas tendências do partido e ainda o apoio do Partido Comunista do

com compromissos perante aos seus eleitores e não mais delegados do Poder Central, o que faz com que esses novos representantes tratem de maneira diferente as necessidades da Região. Segundo a apresentação do tema reforma tributária não encerra na sua plenitude as discussões dos problemas da Região, mas cria condições ao debate das questões de maior interesse do Nordeste — "Para Amarílio Macedo, o encontro foi ainda, oportuno em dois pontos essenciais" — In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 19/01/83.

43. Para o presidente da FIEC, Luís Esteves: "a importância do Encontro está, exatamente, na oportunidade de se afirmar, mais uma vez, a necessidade de um tratamento urgente e diferenciado para uma região esquecida". Para o presidente da Associação Comercial do Ceará, Vicente Linares. "foi uma oportunidade que os governadores eleitos tiveram para sensibilizar o Poder Central sobre a situação econômica da região nordestina, marginalizada na distribuição dos recursos federais". "Reunião repercutiu favoravelmente na classe empresarial". In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 19/01/83.

A seca sempre foi usada ideologicamente pelas elites dominantes nordestinas, sobretudo a cearense onde suas consequências são mais evidenciadas, para se conseguir recursos subsidiados. A "indústria das secas" é um fenômeno já conhecido e denunciado, mas que persiste. Na posse do governador Gonzaga Mota, contudo, já eram três anos consecutivos de chuvas irregulares — seca — que desorganizavam a produção agrícola. Mas a visão de administração, que o novo projeto empresarial expressava estava contida nos três últimos quadros impostos, segundo o discurso de Jereissati, ao estado do Ceará: alto volume de funcionários públicos com baixa produtividade, má aplicação dos poucos recursos disponíveis para o investimento e a falta de um projeto econômico compatível com os anseios do empresariado mais moderno que, também, acabaria beneficiando toda a sociedade. E isso se constitui na essência do projeto burguês dos jovens empresários para com a administração e já está expresso claramente nesse discurso de Jereissati na posse do governador Gonzaga Mota, no Estado. E isso era incompatível com a forma tradicional de fazer política. Gonzaga Mota foi chamado a ser um interlocutor desse projeto, mesmo se sabendo das dificuldades que ele iria encontrar para, antes de tudo, romper com o "acordo dos coronéis", com o loteamento da administração antes mesmo de sua posse. Mas Mota, mesmo não aderindo de todo e se perdendo nos esquemas tradicionais, seria o "trampolim", faria a ponte de transição nesse projeto, entre os "coronéis" e a nova hegemonia empresarial.

Um ponto citado por Jereissati naquele discurso para Mota, o "centralismo econômico", foi logo mobilizado na administração Gonzaga Mota. Governadores do Nordeste, recém-eleitos no primeiro sufrágio após o movimento de 64, se encontram em Fortaleza, Ceará, a 17 de janeiro de 1983. Estava presente também o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. O encontro foi aberto com o discurso do presidente do CIC, Tasso Jereissati, que disse: "O centralismo econômico não foi capaz de se sensibilizar em nossas extremas carências, e nossas lideranças, presas a um sistema político sufocante, não puderam se impor de modo a influir na escolha das prioridades do País. Não fomos convidados para o milagre brasileiro, e agora seremos forçados a participar dos que deverão pagar a conta".⁴²

42. "Governadores querem a reforma com urgência". In: *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 18/01/83. Amarílio Macedo é mais idealista. Para ele "o encontro foi, ainda, oportuno em dois pontos essenciais: primeiro, porque estamos saindo de uma recente eleição de governadores pelo voto direto,

Nesse encontro, que se discutiu prioritariamente a reforma tributária e o Nordeste é visto pelos setores empresariais mais conservadores como forma de pressão para que mais "dinheiro subsidiado" apareça na região.⁴³

A expressão ideológica da burguesia cearense alinhado no CIC já estava madura o suficiente para se expor à opinião pública e concorrer eleições. Teria que se contrapor as forças tradicionais, identificadas como "coronelistas", que controlavam os votos dependentes, sobretudo do interior, e da ala mais progressiva identificada com o crescimento do Partido dos Trabalhadores, sobretudo surpreendido com a sensacional vitória de Maria Luiza Fontenelle, em 1985, para a Prefeitura de Fortaleza.

Para os tradicionais, os "coronéis", parecia presa fácil para o CIC, pois os chamados "currais eleitorais" são cooptáveis, sem ideologia, sem um projeto que não seja o próprio controle de posições de mando, aliado à desorganização hegemônica desses "currais" patrocinada pelo governo Gonzaga Mota, no poder. E o crescimento da organização do movimento rural, a presença efetiva da igreja progressista, já indicava mudanças numa direção mais moderna, menos clientelística. Quanto à ameaça do Partido dos Trabalhadores, agora com a administração do maior município do Estado, Fortaleza, era só dificultar os recursos e explorar e estimular a desunião das esquerdas, ainda tão viva. Estava formado o cenário para a entrada de um novo projeto, cujos atores são conhecidos como "nova oligarquia urbano-industrial".

Tasso Jereissati foi o candidato natural do CIC, mas que ocupou espaço dentro do PMDB e alinou-se com as diversas tendências do partido e ainda o apoio do Partido Comunista do

com compromissos perante aos seus eleitores e não mais delegados do Poder Central, o que faz com que esses novos representantes tratem de maneira diferente as necessidades da Região. Segundo a apresentação do tema reforma tributária não encerra na sua plenitude as discussões dos problemas da Região, mas cria condições ao debate das questões de maior interesse do Nordeste — "Para Amarílio Macedo, o encontro foi ainda, oportuno em dois pontos essenciais" — In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 19/01/83.

43. Para o presidente da FIEC, Luís Esteves: "a importância do Encontro está, exatamente, na oportunidade de se afirmar, mais uma vez, a necessidade de um tratamento urgente e diferenciado para uma região esquecida". Para o presidente da Associação Comercial do Ceará, Vicente Linares. "foi uma oportunidade que os governadores eleitos tiveram para sensibilizar o Poder Central sobre a situação econômica da região nordestina, marginalizada na distribuição dos recursos federais". "Reunião repercutiu favoravelmente na classe empresarial". In: *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 19/01/83.

Brasil (PC do B). Seu concorrente, o empresário coronel Aduino Bezerra, ligado ao sistema financeiro, representava o alinhamento tradicional. Foi criado o grupo "pró-mudança" com o pessoal do CIC. Amarílio Macedo, um dos articuladores, faz uma análise dos dois empresários em campanha:

"Em primeiro lugar, não há uma dicotomia entre as candidaturas de Aduino Bezerra e Tasso Jereissati porque um é apresentado como empresário e o outro como político militante. Na realidade, ambos são empresários, como o são também a maior parte dos parlamentares ou executivos que estão no poder ou na oposição, seja no Ceará ou no Brasil. A diferença, é que um representa as velhas forças, que não só deram sustentação à ditadura política e ao modelo econômico concentrado que marginaliza milhões de brasileiros dos bens mais elementares da vida, mas devem mesmo o seu poder às manipulações escandalosas do patrimônio público e da própria máquina do poder no sentido de garantir uma organização social e política anacrônica, forjada em cima da desinformação e da coerção velada de grandes massas dependentes".⁴⁴

O discurso de campanha de Tasso Jereissati teve um cunho social-democrático. Como vimos, esse é tom dos empresários do CIC. Sua campanha foi beneficiada também pelo novo padrão de campanha veiculada pela televisão. Outros já se beneficiaram antes, como o 103, Antônio Moraes, e a própria Maria Luiza Fontenelle. Além disso, o "plano cruzado" deixou os brasileiros eufóricos com a falsa idéia do "dinheiro estável", sem inflação e descarregaram seu voto despolítico nos candidatos do PMDB. E o papel de Gonzaga Mota, como dissemos, foi capital.

Para a expressão política do empresariado cearense que assumiu o poder em 1986, o governo Tasso Jereissati constituiu-se num momento de consolidar o projeto do CIC, tanto na

44. "Amarílio afirma que Tasso resgata o compromisso de sua geração com a liberdade". In: *Jornal do Dorian* — JD, Fortaleza, 08/08/86: "O empresário Amarílio Macedo deixou claro que o empresariado cearense acha-se hoje dividido em duas vertentes: os que se apegam ao passado com medo das transformações que se prenunciam e os que nelas apostam, certo de que esse é o único caminho para se criar uma sociedade democrática estável, onde a livre empresa não esteja cercada por um mar hostil de miseráveis e marginalizados dos bens do progresso". *Ibidem*.

máquina estatal, quanto no processo liberal-democrático. Pela avaliação dos três primeiros anos, contudo, percebe-se que foi eficiente apenas no primeiro ponto, ficando confinado à "pureza" ideológica de seu grupo e percebendo os outros setores, desde políticos tradicionais quanto outros grupos e partidos que o apoiaram na campanha e no início do governo, com desconfiança e um possível visionário dos métodos clientelistas que se pretende abolir. Valton Miranda, médico e presidente do Partido Socialista Brasileiro, assim se expressa sobre o não tato para lidar com os movimentos populares:

"A direção empresarial esgotou-se e a ausência de políticas governamentais dá ao governo Tasso o aspecto de um computador que conta os números, mas é incapaz de enxergar as pessoas associadas a estes números. Assim, é que não considera válidas as manifestações dos sujeitos políticos como professores, intelectuais e trabalhadores das demais categorias".⁴⁵

Além dessa fraqueza explorada pela oposição, uma dissidência foi significativa na parcela de burguesia que chega ao poder: o empresário Amarílio Macedo. Assim ele justifica esse ato:

"Para que essa convivência pudesse existir eu teria que me submeter ao ideário. Ideário esse que discordo, pois acho que ninguém é dono da verdade, nem nasceu predestinado para dizer qual é o caminho com um facho de luz na mão. Então as divergências vêm desde o início desse processo, exercício de participação da vida política partidária. Então eu acho que como empresário nunca fiz nenhuma avaliação de como eles se comportam. Se formos fazer uma avaliação é possível que tenhamos uma prática empresarial comum, mas na política, na vida pública, eu sinto, eu simpatizo mais com o ecumenismo, sim.

45. LEITÃO, Valton Miranda, "O Capitasso". In: *O Povo*, Fortaleza, 27/10/89, p. 6. Diz ainda: "A concepção empresarial é geralmente a do pragmatismo empreendedor que exclui a reflexão e considera bobagem tudo o que não vise diretamente ao equilíbrio da empresa. A racionalidade do processo de governo não pode excluir o justo, o bom, o ético e o humano". *Ibidem*.

Brasil (PC do B). Seu concorrente, o empresário coronel Aduino Bezerra, ligado ao sistema financeiro, representava o alinhamento tradicional. Foi criado o grupo "pró-mudança" com o pessoal do CIC. Amarílio Macedo, um dos articuladores, faz uma análise dos dois empresários em campanha:

"Em primeiro lugar, não há uma dicotomia entre as candidaturas de Aduino Bezerra e Tasso Jereissati porque um é apresentado como empresário e o outro como político militante. Na realidade, ambos são empresários, como o são também a maior parte dos parlamentares ou executivos que estão no poder ou na oposição, seja no Ceará ou no Brasil. A diferença, é que um representa as velhas forças, que não só deram sustentação à ditadura política e ao modelo econômico concentrado que marginaliza milhões de brasileiros dos bens mais elementares da vida, mas devem mesmo o seu poder às manipulações escandalosas do patrimônio público e da própria máquina do poder no sentido de garantir uma organização social e política anacrônica, forjada em cima da desinformação e da coerção velada de grandes massas dependentes".⁴⁴

O discurso de campanha de Tasso Jereissati teve um cunho social-democrático. Como vimos, esse é tom dos empresários do CIC. Sua campanha foi beneficiada também pelo novo padrão de campanha veiculada pela televisão. Outros já se beneficiaram antes, como o 103, Antônio Moraes, e a própria Maria Luiza Fontenelle. Além disso, o "plano cruzado" deixou os brasileiros eufóricos com a falsa idéia do "dinheiro estável", sem inflação e descarregaram seu voto despolítico nos candidatos do PMDB. E o papel de Gonzaga Mota, como dissemos, foi capital.

Para a expressão política do empresariado cearense que assumiu o poder em 1986, o governo Tasso Jereissati constituiu-se num momento de consolidar o projeto do CIC, tanto na

44. "Amarílio afirma que Tasso resgata o compromisso de sua geração com a liberdade". In: *Jornal do Dorian* — JD, Fortaleza, 08/08/86: "O empresário Amarílio Macedo deixou claro que o empresariado cearense acha-se hoje dividido em duas vertentes: os que se apegam ao passado com medo das transformações que se prenunciam e os que nelas apostam, certo de que esse é o único caminho para se criar uma sociedade democrática estável, onde a livre empresa não esteja cercada por um mar hostil de miseráveis e marginalizados dos bens do progresso". *Ibidem*.

máquina estatal, quanto no processo liberal-democrático. Pela avaliação dos três primeiros anos, contudo, percebe-se que foi eficiente apenas no primeiro ponto, ficando confinado à "pureza" ideológica de seu grupo e percebendo os outros setores, desde políticos tradicionais quanto outros grupos e partidos que o apoiaram na campanha e no início do governo, com desconfiança e um possível visionário dos métodos clientelistas que se pretende abolir. Valton Miranda, médico e presidente do Partido Socialista Brasileiro, assim se expressa sobre o não tato para lidar com os movimentos populares:

"A direção empresarial esgotou-se e a ausência de políticas governamentais dá ao governo Tasso o aspecto de um computador que conta os números, mas é incapaz de enxergar as pessoas associadas a estes números. Assim, é que não considera válidas as manifestações dos sujeitos políticos como professores, intelectuais e trabalhadores das demais categorias".⁴⁵

Além dessa fraqueza explorada pela oposição, uma dissidência foi significativa na parcela de burguesia que chega ao poder: o empresário Amarílio Macedo. Assim ele justifica esse ato:

"Para que essa convivência pudesse existir eu teria que me submeter ao ideário. Ideário esse que discordo, pois acho que ninguém é dono da verdade, nem nasceu predestinado para dizer qual é o caminho com um facho de luz na mão. Então as divergências vêm desde o início desse processo, exercício de participação da vida política partidária. Então eu acho que como empresário nunca fiz nenhuma avaliação de como eles se comportam. Se formos fazer uma avaliação é possível que tenhamos uma prática empresarial comum, mas na política, na vida pública, eu sinto, eu simpatizo mais com o ecumenismo, sim.

45. LEITÃO, Valton Miranda, "O Capitasso". In: *O Povo*, Fortaleza, 27/10/89, p. 6. Diz ainda: "A concepção empresarial é geralmente a do pragmatismo empreendedor que exclui a reflexão e considera bobagem tudo o que não vise diretamente ao equilíbrio da empresa. A racionalidade do processo de governo não pode excluir o justo, o bom, o ético e o humano". *Ibidem*.

patizo mais com o pluralismo social e não me atrai em nenhum minuto a visão corporativa".⁴⁶

O discurso dos empresários agrupados no Centro Industrial não considera o governo Tasso Jereissati como o governo do CIC, muito embora reconheça que é da entidade o assessoramento estratégico. O presidente Fernando Cirino Gurgel assim se expressa:

"Eu queria fazer um pequeno reparo em lhe dizer que o CIC não chegou ao poder: quem chegou ao poder foi o governador Tasso Jereissati, por coincidência, um ex-presidente do CIC. Dr. Sérgio Machado que é Secretário do Governo, ele é um ex-presidente do CIC. Dr. Assis Machado Neto, é Secretário de Estado, é um ex-presidente do CIC, coincidentemente isso nos honra bastante. Eu, como atual presidente do CIC me sinto muito honrado com isso, principalmente se eles continuarem fazendo o que há de melhor".⁴⁷

Realmente, não é o CIC que governa o Estado do Ceará. Também não é o nobre que faz a política, mas a política que faz o nobre. O CIC estimulou o empresariado para o debate, transformou-o em classe — para-si,⁴⁸ desenvolveu um projeto que o incentivava para a ação. O momento político brasileiro

46. MACEDO, Amarílio, "Não há predestinados" (entrevista), *In: Pollis, a nova revista dos municípios*, Ano 1, n.º 01, julho 1989, p. 3. O empresário Ignácio Capelo, ex-vice-presidente do CIC fala sobre Amarílio Macedo como dissidente: "Ele tem dificuldade de trabalhar em equipe, se ele não for a estrela (...) Das lideranças do CIC, foi a única dissidência. Muitos dos membros da entidade da época estão agora no governo. O CIC foi uma escola de vida para muita gente". "CIC — de grandes lutas, disputas e de divergência", *In: Diário do Nordeste*, Fortaleza, 24/12/88.

47. "Debate O Povo". *In: O Povo*, Fortaleza, 22/04/88. Para Ignácio Capelo, "a entidade em si não apoiou Tasso Jereissati. Membros do CIC é que estão apoiando o governador. Esse apoio é visível, lógico, já que Tasso sintetiza tudo que pregamos durante todo esse tempo". *Ibidem*.

48. Estimulando a ação, dizia Amarílio Macedo em discurso para empresários: "Empresários de uma região pobre, o trabalho na empresa exige de cada um de nós dedicação, constância e criatividade. Sobram-nos pretextos para que, presos à vida de nossas empresas, limitem-nos nesta atividade particular, na esperança de que outros cuidem dos interesses comuns. Esta atitude, embora cômoda, é carregada dos maiores riscos. Vivemos em uma sociedade extremamente desigual, a qual acumulou marcas profundas deixadas por anos de frustrações", — "Empresários devem..." citado.

estimulava a organização da sociedade civil. Essa organização se dava de forma generalizada e o governo autoritário respondia, aliviando tensões, com o processo de "abertura política". O novo, portanto não está em que esse setor da burguesia tenha sido bem sucedido em sua estratégia de conquista do poder político do Estado. Afinal, no Estado burguês espera-se que o governo seja burguês. O novo localiza-se na sua expressão política. Defende um capitalismo moderno, aliado a um discurso social-democrático. Essa ideologia está expressa e resumida nas palavras do Inácio Capelo:

"As ideologias postas pelo mundo afora estão todas em crise de identidade. A Rússia e a China estão mostrando que o marxismo é uma coisa velha, moçada. Você vendo um velho comunista falar é um anacronismo total, uma utopia. Já o capitalismo, com tantos pontos negativos, tem uma coisa boa: ele seleciona. O incompetente quebra. O apto progride. Lançando mão dos jargões hoje utilizados no Brasil, diria que o Grupo CIC estaria no centro esquerda. Até por uma questão lógica. Quando lutamos pela preservação do poder aquisitivo dos trabalhadores é porque esse modelo que existe aí, não sobreviverá, caso o povo continue tendo seu salário cada vez mais dilapidado. Não interessa mão-de-obra barata se um dia você pode deixar de ter a fábrica. A mão-de-obra barata quanto mais barata, mais explosiva. Sempre fomos mais longe. Reivindicamos não somente uma melhor distribuição de renda, mas lutamos contra a discriminação sofrida pelo Nordeste. (...) A questão do empresário abraçar a política tem seu lado bom. Sua experiência administrativa bem sucedida cria perspectivas alentadoras para a modernização, o aprimoramento da máquina, que sabemos carcomida, arcaica. As empresas de todos estão bem estruturadas, geridas por executivos competentes. Acho que as lideranças competentes do Brasil todo, não só do Ceará, devem participar da política. Nós temos poucos bons políticos (...) O Brasil está precisando, e com urgência, é de novos líderes".⁴⁹

49. "CIC — de grandes lutas..." citado. Do atual presidente, Fernando Cirino Gurgel: "O Centro Industrial do Ceará, conforme ressaltou o seu Presidente, desenvolveu, nos últimos anos, uma imensa atividade que, com certeza, influiu de maneira decisiva na mudança do perfil socioeconômico do nosso Estado. Adotando sempre posições de vanguarda e na defesa

patizo mais com o pluralismo social e não me atrai em nenhum minuto a visão corporativa".⁴⁶

O discurso dos empresários agrupados no Centro Industrial não considera o governo Tasso Jereissati como o governo do CIC, muito embora reconheça que é da entidade o assessoramento estratégico. O presidente Fernando Cirino Gurgel assim se expressa:

"Eu queria fazer um pequeno reparo em lhe dizer que o CIC não chegou ao poder: quem chegou ao poder foi o governador Tasso Jereissati, por coincidência, um ex-presidente do CIC. Dr. Sérgio Machado que é Secretário do Governo, ele é um ex-presidente do CIC. Dr. Assis Machado Neto, é Secretário de Estado, é um ex-presidente do CIC, coincidentemente isso nos honra bastante. Eu, como atual presidente do CIC me sinto muito honrado com isso, principalmente se eles continuarem fazendo o que há de melhor".⁴⁷

Realmente, não é o CIC que governa o Estado do Ceará. Também não é o nobre que faz a política, mas a política que faz o nobre. O CIC estimulou o empresariado para o debate, transformou-o em classe — para-si,⁴⁸ desenvolveu um projeto que o incentivava para a ação. O momento político brasileiro

46. MACEDO, Amarílio, "Não há predestinados" (entrevista), In: *Pollis, a nova revista dos municípios*, Ano 1, n.º 01, julho 1989, p. 3. O empresário Ignácio Capelo, ex-vice-presidente do CIC fala sobre Amarílio Macedo como dissidente: "Ele tem dificuldade de trabalhar em equipe, se ele não for a estrela (...) Das lideranças do CIC, foi a única dissidência. Muitos dos membros da entidade da época estão agora no governo. O CIC foi uma escola de vida para muita gente". "CIC — de grandes lutas, disputas e de divergência", In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 24/12/88.

47. "Debate O Povo". In: *O Povo*, Fortaleza, 22/04/88. Para Ignácio Capelo, "a entidade em si não apoiou Tasso Jereissati. Membros do CIC é que estão apoiando o governador. Esse apoio é visível, lógico, já que Tasso sintetiza tudo que pregamos durante todo esse tempo". *Ibidem*.

48. Estimulando a ação, dizia Amarílio Macedo em discurso para empresários: "Empresários de uma região pobre, o trabalho na empresa exige de cada um de nós dedicação, constância e criatividade. Sobram-nos pretextos para que, presos à vida de nossas empresas, limitem-nos nesta atividade particular, na esperança de que outros cuidem dos interesses comuns. Esta atitude, embora cômoda, é carregada dos maiores riscos. Vivemos em uma sociedade extremamente desigual, a qual acumulou marcas profundas deixadas por anos de frustrações", — "Empresários devem..." citado.

estimulava a organização da sociedade civil. Essa organização se dava de forma generalizada e o governo autoritário respondia, aliviando tensões, com o processo de "abertura política". O novo, portanto não está em que esse setor da burguesia tenha sido bem sucedido em sua estratégia de conquista do poder político do Estado. Afinal, no Estado burguês espera-se que o governo seja burguês. O novo localiza-se na sua expressão política. Defende um capitalismo moderno, aliado a um discurso social-democrático. Essa ideologia está expressa e resumida nas palavras do Inácio Capelo:

"As ideologias postas pelo mundo afora estão todas em crise de identidade. A Rússia e a China estão mostrando que o marxismo é uma coisa velha, moçada. Você vendo um velho comunista falar é um anacronismo total, uma utopia. Já o capitalismo, com tantos pontos negativos, tem uma coisa boa: ele seleciona. O incompetente quebra. O apto progride. Lançando mão dos jargões hoje utilizados no Brasil, diria que o Grupo CIC estaria no centro esquerda. Até por uma questão lógica. Quando lutamos pela preservação do poder aquisitivo dos trabalhadores é porque esse modelo que existe aí, não sobreviverá, caso o povo continue tendo seu salário cada vez mais dilapidado. Não interessa mão-de-obra barata se um dia você pode deixar de ter a fábrica. A mão-de-obra barata quanto mais barata, mais explosiva. Sempre fomos mais longe. Reivindicamos não somente uma melhor distribuição de renda, mas lutamos contra a discriminação sofrida pelo Nordeste. (...) A questão do empresário abraçar a política tem seu lado bom. Sua experiência administrativa bem sucedida cria perspectivas alentadoras para a modernização, o aprimoramento da máquina, que sabemos carcomida, arcaica. As empresas de todos estão bem estruturadas, geridas por executivos competentes. Acho que as lideranças competentes do Brasil todo, não só do Ceará, devem participar da política. Nós temos poucos bons políticos (...) O Brasil está precisando, e com urgência, é de novos líderes".⁴⁹

49. "CIC — de grandes lutas..." citado. Do atual presidente, Fernando Cirino Gurgel: "O Centro Industrial do Ceará, conforme ressaltou o seu Presidente, desenvolveu, nos últimos anos, uma imensa atividade que, com certeza, influiu de maneira decisiva na mudança do perfil socioeconômico do nosso Estado. Adotando sempre posições de vanguarda e na defesa

A expressão política da burguesia, portanto, é articulada a um processo acontecido a nível nacional. Como diz René Dreifuss, "procura-se amalgamar uma identidade política e uma aglutinação ideológica operacional e expediente que possam convergir para a busca da melhor solução em comum: a realização empresarial que inspire e dê o tom do tipo do 'bem-estar social' visado".⁵⁰

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão de um grupo industrial ao poder com um projeto burguês não deveria ser motivo de se considerar como "novo" num país capitalista como o Brasil. Essa realidade só reforça a tese da fraqueza da burguesia. Ela não havia conseguido apresentar um projeto hegemônico para toda a sociedade.

O Ceará é palco de um fenômeno bem sucedido do tipo comentado acima num momento em que a sociedade civil se estrutura para organizar-se após mais de duas décadas de autoritarismo. Um grupo de industriais assume o poder com um projeto de dismantelar a forma e as relações tradicionais de administrar o estado, dando-lhe um contorno nitidamente burguês.

O projeto não se encerra com o governo do Estado. Conseguiu também, aproveitando-se da divisão das esquerdas, a preferência da capital, Fortaleza. O projeto não se encerra apenas no poder. É também uma nova forma de tratar a política do Estado. Esta não deve servir a grupos, "clientelisticamente", mas à acumulação capitalista. As políticas sociais não devem ser utilizadas para reforçar o "voto de favor", mas à lógica do capital.

O momento é novo. Sua avaliação ainda é precária. E não se encerra o processo apenas "moralizando" o Estado nesta conquista do poder. A burguesia planeja sua continuidade para que as bases da sociedade se tornem auto-suficientes para a chamada "economia de mercado".

A oposição, portanto, começa a se mobilizar, embora não se contraponha com um projeto alternativo, consistente. Tra-

intransigente de livre iniciativa, de plena Democracia e das liberdades individuais, nossa entidade participou e influenciou na discussão dos problemas mais relevantes da nossa Região" — "ZPE: CIC's unidos contra o 'lobby' populista". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 26/08/88.

50. DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista*, citado, p. 18.

dicionais e progressistas do passado tentam fazer uma frente "eleitoreira" já pensando na sucessão ao poder. As esquerdas apenas denunciam os sintomas da execução do projeto burguês Valton de Miranda, do PSB, por exemplo, diz:

"Quando a campanha política que elegeu o jovem herdeiro governador do Estado ainda não se iniciara, já denunciávamos que a consequência da eleição de Tasso seria certamente a formação de um cartel empresarial exclusivista. Os fatos vieram demonstrar a correção da nossa posição. O "Capitasso" instalou-se no governo como empresa de grande porte e, como tal, com a arrogância mecânica dos métodos de direção administrativa próprios do pragmatismo empresarialista. Os políticos receberam tratamento desdenhoso".⁵¹

A perspectiva do presente trabalho, portanto, partiu, de um corte diacrônico, dialético, para entender o novo projeto em andamento no estado do Ceará, próprios de uma fração da burguesia. Como fato novo, não é específico do Estado, mas está articulado com o processo de organização da burguesia a nível nacional e mesmo com o capital transnacional, após o desmoronamento, embora parcial, dos aparatos autoritários do "movimento" pós-1964. Apesar de pouco tempo no poder (três anos), assusta pela forma como apareceu e pela estratégia que apresenta, formando um mito de que eles vieram para ficar. Jorge Henrique Cartaxo assim se expressa ao analisar vaias que o governador recebe em campanha pelo presidenciável Mário Covas para as eleições de 1989:

"O governador Tasso Jereissati e os seus assessores já devem ter percebido que o mito da invencibilidade do Cambéba, aliás, uma versão moderna do antigo mito da invencibilidade dos antigos coronéis — já começa a se fragilizar. Tasso foi vaiado em Juazeiro do Norte. Nesta última, o jovem Governador chegou a perder a postura de um chefe de governo. Já era previsto, mas é revelador. De todo modo, o que importe é que o rei começa a perder a majestade".⁵²

51. LEITÃO, Valton de Miranda, *op. cit.*, p. 6.

52. CARTAXO, Jorge Henrique. "Posto de observação", *O Povo*, Fortaleza, 06/11/89, p. 3.

A expressão política da burguesia, portanto, é articulada a um processo acontecido a nível nacional. Como diz René Dreifuss, "procura-se amalgamar uma identidade política e uma aglutinação ideológica operacional e expediente que possam convergir para a busca da melhor solução em comum: a realização empresarial que inspire e dê o tom do tipo do 'bem-estar social' visado".⁵⁰

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão de um grupo industrial ao poder com um projeto burguês não deveria ser motivo de se considerar como "novo" num país capitalista como o Brasil. Essa realidade só reforça a tese da fraqueza da burguesia. Ela não havia conseguido apresentar um projeto hegemônico para toda a sociedade.

O Ceará é palco de um fenômeno bem sucedido do tipo comentado acima num momento em que a sociedade civil se estrutura para organizar-se após mais de duas décadas de autoritarismo. Um grupo de industriais assume o poder com um projeto de dismantelar a forma e as relações tradicionais de administrar o estado, dando-lhe um contorno nitidamente burguês.

O projeto não se encerra com o governo do Estado. Conseguiu também, aproveitando-se da divisão das esquerdas, a preferência da capital, Fortaleza. O projeto não se encerra apenas no poder. É também uma nova forma de tratar a política do Estado. Esta não deve servir a grupos, "clientelisticamente", mas à acumulação capitalista. As políticas sociais não devem ser utilizadas para reforçar o "voto de favor", mas à lógica do capital.

O momento é novo. Sua avaliação ainda é precária. E não se encerra o processo apenas "moralizando" o Estado nesta conquista do poder. A burguesia planeja sua continuidade para que as bases da sociedade se tornem auto-suficientes para a chamada "economia de mercado".

A oposição, portanto, começa a se mobilizar, embora não se contraponha com um projeto alternativo, consistente. Tra-

intransigente de livre iniciativa, de plena Democracia e das liberdades individuais, nossa entidade participou e influenciou na discussão dos problemas mais relevantes da nossa Região" — "ZPE: CIC's unidos contra o 'lobby' populista". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 26/08/88.

50. DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista*, citado, p. 18.

dicionais e progressistas do passado tentam fazer uma frente "eleitoreira" já pensando na sucessão ao poder. As esquerdas apenas denunciam os sintomas da execução do projeto burguês Valton de Miranda, do PSB, por exemplo, diz:

"Quando a campanha política que elegeu o jovem herdeiro governador do Estado ainda não se iniciara, já denunciávamos que a consequência da eleição de Tasso seria certamente a formação de um cartel empresarial exclusivista. Os fatos vieram demonstrar a correção da nossa posição. O "Capitasso" instalou-se no governo como empresa de grande porte e, como tal, com a arrogância mecânica dos métodos de direção administrativa próprios do pragmatismo empresarialista. Os políticos receberam tratamento desdenhoso".⁵¹

A perspectiva do presente trabalho, portanto, partiu, de um corte diacrônico, dialético, para entender o novo projeto em andamento no estado do Ceará, próprios de uma fração da burguesia. Como fato novo, não é específico do Estado, mas está articulado com o processo de organização da burguesia a nível nacional e mesmo com o capital transnacional, após o desmoronamento, embora parcial, dos aparatos autoritários do "movimento" pós-1964. Apesar de pouco tempo no poder (três anos), assusta pela forma como apareceu e pela estratégia que apresenta, formando um mito de que eles vieram para ficar. Jorge Henrique Cartaxo assim se expressa ao analisar vaias que o governador recebe em campanha pelo presidenciável Mário Covas para as eleições de 1989:

"O governador Tasso Jereissati e os seus assessores já devem ter percebido que o mito da invencibilidade do Cambéba, aliás, uma versão moderna do antigo mito da invencibilidade dos antigos coronéis — já começa a se fragilizar. Tasso foi vaiado em Juazeiro do Norte. Nesta última, o jovem Governador chegou a perder a postura de um chefe de governo. Já era previsto, mas é revelador. De todo modo, o que importe é que o rei começa a perder a majestade".⁵²

51. LEITÃO, Valton de Miranda, *op. cit.*, p. 6.

52. CARTAXO, Jorge Henrique. "Posto de observação", *O Povo*, Fortaleza, 06/11/89, p. 3.

Desta forma, se permanece por trinta anos, tempo de domínio dos "coronéis" no período autoritário, ou se estabelece a alternância no poder, o que é tolerável no modelo democrático burguês, o projeto já terá produzido efeitos modernizantes irreversíveis. Vale destacar a própria percepção dos industriais em relação a si como classe na própria região. O presidente do CIC Fernando Cirino Gurgel, assim se expressa:

"A mente do empresariado cearense jamais foi tão aberta e os números estão aí para dizer. Se você vir em nível de Nordeste, o empresariado cearense é respeitado, é conhecido hoje não só a nível regional mas como a nível nacional como um empresário batallador, numa região difícil e num Estado tão carente como é o nosso, mas a classe empresarial do Ceará é realmente respeitada e eu acho que o CIC trouxe muitos valores que aqui vieram, beneficiou bastante, abriu bastante a mente de todos e eu espero dar continuidade a isto".⁵³

Na área econômica o governo estadual tem conseguido para o empresariado recursos subsidiados através da SUDENE e FINOR, do governo federal, para seus projetos de desenvolvimento, além de lutar, com perspectiva positiva de médio prazo, para implantar outras indústrias que tragam capital para o Estado, como a Gurgel, de automóveis, a Siderúrgica do Nordeste, a ITATAIA, uma refinaria de petróleo, além da Zona de Exportação.⁵⁴ Na área política, contudo, há que "investir" para ter uma bancada de deputados estaduais, comprometidos com esse projeto, pois o CIC se envolveu com a conquista do governo em 1986 e teve que se alinhar com deputados fisiologistas ou controláveis, para poder descartar aqueles que poderiam ou criticar o projeto burguês, ou ter um potencial de desenvolver outro projeto, menos comprometido com os interesses da fração de burgueses no poder.

53. "Debate..." citado. Ele reforça: "A proposta maior do CIC com relação à política, o maior objetivo do CIC, é sempre defender a livre iniciativa". *Ibidem*.

54. O dinheiro do governo federal para o projeto burguês dos jovens empresários no poder era mais pródigo no governo Sarney. Em virtude de ter ficado "neutro" no segundo turno das eleições de 1989 e a vitória de Collor de Melo sobre Luís Inácio Lula da Silva, os poucos recursos federais passaram a beneficiar os opositores "conservadores" do CIC, ocupando estrategicamente sobretudo a SUDENE (e FINOR) e DNOCS. E seu projeto de Zona de Exportação ficou obsoleto com o novo projeto industrial do governo federal.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro caminha a "passos largos" e tem sido sensível às transformações do mesmo a nível internacional, sobretudo após a exploração da crise dos países do Leste Europeu e o fim brusco da guerra fria. A eleição de Collor de Melo para a presidência da República em 1989 com seu plano "Brasil Novo" e uma nova política industrial, um empurrão para a competitividade e "eficiência" da indústria nacional, são complicadores que embaralham o "meio de campo" do projeto político do CIC. Agravava-se ainda mais com a contradição política de, a nível local, os jovens empresários serem opositores ao governo federal. O dinamismo da política faz com que as especificidades locais sejam atropeladas pelo rolo compressor da política nacional, acentuando os conflitos nas facções da própria burguesia.

A política cearense, enriquecida com esse dinamismo, entra na última década do século vinte deslumbrando um desenvolvimento nas relações capitalistas de produção refletindo no jogo político com os conflitos das facções da burguesia se acentuando e o amadurecimento dos partidos de esquerda, reflexo mesmo de rearranjo político do segundo mundo. Nesse quadro, o problema secular da miséria, do analfabetismo, da mortalidade infantil, da violência generalizada, da indústria seca, só alimenta discurso de campanha e algumas medidas assistencialistas. As transformações estruturais apenas reforçam as relações capitalistas, acentuando os conflitos de classe, refletindo politicamente no desmoronamento do modelo clássico do "coronelismo". Acompanhar a modernização da política local como preparação à entrada do século XXI para agir com mais objetividade passa necessariamente pela análise do "novo" que está se construindo: a modernização das relações capitalistas. Nesse contexto, novos atores tomam destaque, como os trabalhadores, uma Igreja progressista e um empresariado politizado. Esse trabalho não se encerra analisando a organização e expressão política de parte significativa desse "novo". Ao contrário, apenas se inicia aqui.

5. BIBLIOGRAFIA CITADA

- DINIZ, Ely e BOSCHI, Renato R., *Empresário Nacional e Estado no Brasil*. Forense, Rio de Janeiro, 1978.
- DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do Empresariado Transnacional*. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1986.

Desta forma, se permanece por trinta anos, tempo de domínio dos "coronéis" no período autoritário, ou se estabelece a alternância no poder, o que é tolerável no modelo democrático burguês, o projeto já terá produzido efeitos modernizantes irreversíveis. Vale destacar a própria percepção dos industriais em relação a si como classe na própria região. O presidente do CIC Fernando Cirino Gurgel, assim se expressa:

"A mente do empresariado cearense jamais foi tão aberta e os números estão aí para dizer. Se você vir em nível de Nordeste, o empresariado cearense é respeitado, é conhecido hoje não só a nível regional mas como a nível nacional como um empresário batallador, numa região difícil e num Estado tão carente como é o nosso, mas a classe empresarial do Ceará é realmente respeitada e eu acho que o CIC trouxe muitos valores que aqui vieram, beneficiou bastante, abriu bastante a mente de todos e eu espero dar continuidade a isto".⁵³

Na área econômica o governo estadual tem conseguido para o empresariado recursos subsidiados através da SUDENE e FINOR, do governo federal, para seus projetos de desenvolvimento, além de lutar, com perspectiva positiva de médio prazo, para implantar outras indústrias que tragam capital para o Estado, como a Gurgel, de automóveis, a Siderúrgica do Nordeste, a ITATAIA, uma refinaria de petróleo, além da Zona de Exportação.⁵⁴ Na área política, contudo, há que "investir" para ter uma bancada de deputados estaduais, comprometidos com esse projeto, pois o CIC se envolveu com a conquista do governo em 1986 e teve que se alinhar com deputados fisiologistas ou controláveis, para poder descartar aqueles que poderiam ou criticar o projeto burguês, ou ter um potencial de desenvolver outro projeto, menos comprometido com os interesses da fração de burgueses no poder.

53. "Debate..." citado. Ele reforça: "A proposta maior do CIC com relação à política, o maior objetivo do CIC, é sempre defender a livre iniciativa". *Ibidem*.

54. O dinheiro do governo federal para o projeto burguês dos jovens empresários no poder era mais pródigo no governo Sarney. Em virtude de ter ficado "neutro" no segundo turno das eleições de 1989 e a vitória de Collor de Melo sobre Luís Inácio Lula da Silva, os poucos recursos federais passaram a beneficiar os opositores "conservadores" do CIC, ocupando estrategicamente sobretudo a SUDENE (e FINOR) e DNOCS. E seu projeto de Zona de Exportação ficou obsoleto com o novo projeto industrial do governo federal.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro caminha a "passos largos" e tem sido sensível às transformações do mesmo a nível internacional, sobretudo após a exploração da crise dos países do Leste Europeu e o fim brusco da guerra fria. A eleição de Collor de Melo para a presidência da República em 1989 com seu plano "Brasil Novo" e uma nova política industrial, um empurrão para a competitividade e "eficiência" da indústria nacional, são complicadores que embaralham o "meio de campo" do projeto político do CIC. Agravava-se ainda mais com a contradição política de, a nível local, os jovens empresários serem opositores ao governo federal. O dinamismo da política faz com que as especificidades locais sejam atropeladas pelo rolo compressor da política nacional, acentuando os conflitos nas facções da própria burguesia.

A política cearense, enriquecida com esse dinamismo, entra na última década do século vinte deslumbrando um desenvolvimento nas relações capitalistas de produção refletindo no jogo político com os conflitos das facções da burguesia se acentuando e o amadurecimento dos partidos de esquerda, reflexo mesmo de rearranjo político do segundo mundo. Nesse quadro, o problema secular da miséria, do analfabetismo, da mortalidade infantil, da violência generalizada, da indústria seca, só alimenta discurso de campanha e algumas medidas assistencialistas. As transformações estruturais apenas reforçam as relações capitalistas, acentuando os conflitos de classe, refletindo politicamente no desmoronamento do modelo clássico do "coronelismo". Acompanhar a modernização da política local como preparação à entrada do século XXI para agir com mais objetividade passa necessariamente pela análise do "novo" que está se construindo: a modernização das relações capitalistas. Nesse contexto, novos atores tomam destaque, como os trabalhadores, uma Igreja progressista e um empresariado politizado. Esse trabalho não se encerra analisando a organização e expressão política de parte significativa desse "novo". Ao contrário, apenas se inicia aqui.

5. BIBLIOGRAFIA CITADA

- DINIZ, Ely e BOSCHI, Renato R., *Empresário Nacional e Estado no Brasil*. Forense, Rio de Janeiro, 1978.
- DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do Empresariado Transnacional*. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1986.

- . *O jogo de Direita*, Vozes, Petrópolis, 1989.
- LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, Enxada e Voto*. Alfa-Omega, São Paulo, 1975, 2a. ed.
- MARCUSE, Herbert, *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- MARTINS, Carlos Estevan. *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- PARENTE, José C., *Anauê: os camisas verdes no Poder*. Fortaleza, UFC, 1986.
- REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Org.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. Rio de Janeiro. Vertice, (Grande Brasil Verdades 8).
- SADER, Emir (org.) *E agora PT? Caráter e identidade*. S. Paulo, Brasiliense, —)ooo(—
- CARTAXO, Jorge Henrique, "Posto de Observação". In: *O Povo*, Fortaleza, 06/11/89, p. 3.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos, *Movimentos Sociais e Política na zona rural do Ceará: Análise de Candidatos Populares nas Eleições Estaduais de 1986*. (mimeo), Fortaleza, NEPS, 1988.
- GUIMARÃES, César, "Empresariado, tipos de Capitalismo e Ordem Política". In: *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1977, n.º 14.
- JEREISSATI, Tasso, *Discurso (mimeo)*, CIC, Fortaleza, 10/01/83.
- LEITÃO, Valton Miranda. "O Capitasso". In: *O Povo*, Fortaleza, 27/10/89, p. 6.
- MACEDO, Amarílio, "Não há predestinados" (entrevista). In: *Polis, a nova Revista dos Municípios*, Ano 1, n.º 01, julho 1989, p. 3-5.
- NETO, Frota, "No novo momento político: Onde e como ficam os empresários do Ceará". In: *O Povo*, Fortaleza, 17/07/78.
- SANTIAGO, Zeno, "A Arrancada Econômica do Brasil: custos sociais e instrumentalidade". In: *Dados*, IUPERJ, Rio, 1972.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Ciência Política na América Latina (Notas preliminares de auto-crítica)". In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Campos, Rio de Janeiro, 1980, vol. 23, n.º 1.
- TADEU, Paulo, "Dificuldade do PT", (Coluna Política). In: *O Povo*, Fortaleza, 17/03/81, p. 2.

—)ooo(—

- "Amarílio afirma que Tasso resgata o compromisso de sua geração com a lealdade", in *Jornal do Dorian*, Fortaleza, 08/08/86.
- "Centro Industrial do Ceará — CIC: posse da nossa diretoria". In: *O Povo*, Fortaleza, 08/03/78.
- "CIC — de grandes lutas, disputas e de divergências". In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 24/12/88.

- "CIC promove mesa-redonda para debates orçamento monetário". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 12/12/81.
- "Debate O Povo". In: *O Povo*, Fortaleza, 22/04/88.
- "Editorial". In: *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30/01/78.
- "Editorial". In: *O Povo*, Fortaleza, 13/09/80.
- "Empresários devem defender um modelo mais justo, diz Amarílio Macedo". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 05/10/81.
- "Governadores querem a reforma com urgência". In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 18/01/83.
- "Indústria e Industriais". In: *O Povo*, Fortaleza, 20/05/78.
- "Íntegra do discurso do novo Presidente do CIC". In: *O Povo*, 19/01/80.
- "Jereissati pede justiça social ao assumir CIC". In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02/11/81.
- "Mesa-Redonda: Empresários pedem ao Presidente repensar o planejamento do Nordeste". In: *O Povo*, Fortaleza, 23/11/79.
- "O Ceará também inova". In: *Isto É*, Rio de Janeiro, 10/09/80.
- "Palavras de Benedito Veras, presidente do CIC, ao instalar o painel sobre o processo de industrialização do Nordeste". In: *O Povo*, Fortaleza, 20/01/78.
- "Palavras do Novo Presidente". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 09/03/78.
- "Reunião repercute favoravelmente na classe empresarial". In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 19/01/83.
- "Tasso afirma que CIC é de formação política". In: *O Povo*, Fortaleza, 16/09/81.
- "Tasso preocupado com justiça social". In: *O Povo*, Fortaleza, 07/11/81.
- "ZPE: CIC's unidos contra o "lobby" sulista". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 26/08/88.

- . *O jogo de Direita*, Vozes, Petrópolis, 1989.
- LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, Enxada e Voto*. Alfa-Omega, São Paulo, 1975, 2a. ed.
- MARCUSE, Herbert, *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- MARTINS, Carlos Estevan. *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- PARENTE, José C., *Anauê: os camisas verdes no Poder*. Fortaleza, UFC, 1986.
- REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Org.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. Rio de Janeiro. Vertice, (Grande Brasil Veredas 8).
- SADER, Emir (org.) *E agora PT? Caráter e identidade*. S. Paulo, Brasiliense, —)ooo(—
- CARTAXO, Jorge Henrique, "Posto de Observação". In: *O Povo*, Fortaleza, 06/11/89, p. 3.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos, *Movimentos Sociais e Política na zona rural do Ceará: Análise de Candidatos Populares nas Eleições Estaduais de 1986*. (mimeo), Fortaleza, NEPS, 1988.
- GUIMARÃES, César, "Empresariado, tipos de Capitalismo e Ordem Política". In: *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1977, n.º 14.
- JEREISSATI, Tasso, *Discurso (mimeo)*, CIC, Fortaleza, 10/01/83.
- LEITÃO, Valton Miranda. "O Capitasso". In: *O Povo*, Fortaleza, 27/10/89, p. 6.
- MACEDO, Amarílio, "Não há predestinados" (entrevista). In: *Polis, a nova Revista dos Municípios*, Ano 1, n.º 01, julho 1989, p. 3-5.
- NETO, Frota, "No novo momento político: Onde e como ficam os empresários do Ceará". In: *O Povo*, Fortaleza, 17/07/78.
- SANTIAGO, Zeno, "A Arrancada Econômica do Brasil: custos sociais e instrumentalidade". In: *Dados*, IUPERJ, Rio, 1972.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Ciência Política na América Latina (Notas preliminares de auto-crítica)". In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Campos, Rio de Janeiro, 1980, vol. 23, n.º 1.
- TADEU, Paulo, "Dificuldade do PT", (Coluna Política). In: *O Povo*, Fortaleza, 17/03/81, p. 2.

—)ooo(—

- "Amarílio afirma que Tasso resgata o compromisso de sua geração com a lealdade", in *Jornal do Dorian*, Fortaleza, 08/08/86.
- "Centro Industrial do Ceará — CIC: posse da nossa diretoria". In: *O Povo*, Fortaleza, 08/03/78.
- "CIC — de grandes lutas, disputas e de divergências". In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 24/12/88.

- "CIC promove mesa-redonda para debates orçamento monetário". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 12/12/81.
- "Debate O Povo". In: *O Povo*, Fortaleza, 22/04/88.
- "Editorial". In: *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30/01/78.
- "Editorial". In: *O Povo*, Fortaleza, 13/09/80.
- "Empresários devem defender um modelo mais justo, diz Amarílio Macedo". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 05/10/81.
- "Governadores querem a reforma com urgência". In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 18/01/83.
- "Indústria e Industriais". In: *O Povo*, Fortaleza, 20/05/78.
- "Íntegra do discurso do novo Presidente do CIC". In: *O Povo*, 19/01/80.
- "Jereissati pede justiça social ao assumir CIC". In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02/11/81.
- "Mesa-Redonda: Empresários pedem ao Presidente repensar o planejamento do Nordeste". In: *O Povo*, Fortaleza, 23/11/79.
- "O Ceará também inova". In: *Isto É*, Rio de Janeiro, 10/09/80.
- "Palavras de Benedito Veras, presidente do CIC, ao instalar o painel sobre o processo de industrialização do Nordeste". In: *O Povo*, Fortaleza, 20/01/78.
- "Palavras do Novo Presidente". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 09/03/78.
- "Reunião repercute favoravelmente na classe empresarial". In: *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 19/01/83.
- "Tasso afirma que CIC é de formação política". In: *O Povo*, Fortaleza, 16/09/81.
- "Tasso preocupado com justiça social". In: *O Povo*, Fortaleza, 07/11/81.
- "ZPE: CIC's unidos contra o 'lobby' sulista". In: *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 26/08/88.